tema 9 População e Condições Socias

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

ISSN 0872 - 5977

ESTUDO SOBRE O PODER DE COMPRA CONCELHIO

2002
Número - V

Ano de edição 2002

FICHA TÉCNICA

Catalogação Recomendada

ESTUDO SOBRE O PODER DE COMPRA CONCELHIO. Coimbra, 1993 -
Estudo sobre o poder de compra concelhio / Instituto Nacional de Estatística,
Direcção Regional do Centro, Gabinete de Estudos Regionais. -Nº1(1993)- .
Coimbra: INE - DRC, 1993 - . - 30 cm
Bienal
ISSN 0872-5977
ISBN 972-673-631-5

Director

Director Regional do INE
Prof. Doutor Henrique Albergaria

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Direcção Regional do Centro

Direcção Regional do Centro

Rua Aires de Campos, Casa das Andorinhas
3000-014 COIMBRA
Tel. 239 790 400 Fax 239 790 493

Técnicos Responsáveis

Pedro Nogueira Ramos
Susana Baptista

Composição Gráfica

Núcleo de Promoção - DRC

Impressão e Acabamentos

INE - Secção de Artes Gráficas

Tiragem

1000 exemplares

Depósito legal Nº

68180/93

Preço

€ 16,50 (inclui IVA a 5%)

INCLUI A INFORMAÇÃO EM SUPORTE MAGNÉTICO

©INE, Coimbra. Portugal, 2002 * Reprodução autorizada, excepto para fins comerciais, com indicação da fonte bibliográfica

Índice

Introdução 5

Nota Metodológica 9

Indicador *per Capita* 15

- Introdução 17
- País por NUTS II 19
- País por NUTS III 19
- País por Concelhos 20
- Listagem do Indicador *per Capita* 21
- Região Norte por Concelhos 23
- Região Centro por Concelhos 24
- Região de Lisboa por Concelhos 25
- Região do Alentejo por Concelhos 26
- Região do Algarve por Concelhos 27
- Região Autónoma dos Açores por Concelhos 28
- Região Autónoma da Madeira por Concelhos 29

Percentagem de Poder de Compra 31

- Introdução 33
- País por Concelhos 35
- Listagem da Percentagem do Poder de Compra 36

Factor Dinamismo Relativo 39

- Introdução 41
- Listagem do Factor Dinamismo Relativo 43

Uma Breve Análise da Evolução Temporal do EPCC 45

Aexo 1 - Nomenclaturas das Unidades Territoriais 48

Anexo 2 - Lista dos Concelhos 50

Introdução

A presente publicação, com data de capa do ano 2002, constitui a quinta edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC) trazida a público pelo Instituto Nacional de Estatística, através do Núcleo de Estudos da sua Direcção Regional do Centro.

O EPCC pretende caracterizar os concelhos portugueses sob o ponto de vista do poder de compra, a partir de um conjunto de indicadores inferidos de um vasto leque de 19 variáveis por recurso a um modelo de análise factorial. A grande vantagem destes indicadores decorre deles constituírem informação à micro-escala concelhia, unidade territorial para a qual não existem no sistema estatístico português medidas quantificadas de variáveis tão importantes, como por exemplo o rendimento ou o consumo. Contudo, porque o EPCC se baseia num modelo específico, não se tratando de uma operação clássica de produção estatística, as estimativas produzidas não devem ser confundidas com qualquer uma daquelas duas variáveis, ou qualquer outra a que corresponda, na tradição da teoria económica ou da contabilidade nacional, um âmbito conceptual bem delimitado. O "poder de compra" a que se refere o EPCC é unicamente um índice ou conjunto de índices que sugerem a distribuição espacial de diferentes variáveis, mas não são as próprias variáveis, nomeadamente não representam de forma exacta o rendimento ou o consumo. Os indicadores que compõem o EPCC não são, por outro lado, médias avulsas, arbitrariamente ponderadas. Ao contrário, o modelo sobre que se baseia o EPCC, ao inferir os indicadores propostos das variáveis de base, estima endogenamente os coeficientes com que cada variável contribui para cada indicador, ao mesmo tempo que fornece informação que permite ao analista discernir as variáveis que devem ser incluídas das que são excluídas da análise.

Nesta versão do EPCC, obviamente mais actualizada que as anteriores, a informação estatística utilizada reporta-se, na sua maioria, ao ano de 2000, com a novidade de incluir já variáveis relativas aos resultados definitivos dos Censos 2001. Um outro aspecto a salientar é o incremento do número de variáveis seleccionadas, apesar do abandono de algumas variáveis utilizadas nas versões anteriores por não haver informação disponível, resultando num modelo capaz de explicar a variância das variáveis de base em cerca de 77%, percentagem que ultrapassa a atingida na última versão deste estudo.

O EPCC nº 5 baseia-se nas seguintes variáveis:

- Imposto sobre veículos, contabilizado pelas Câmaras Municipais, *per capita*, 2000 (Fonte: INE);

- Consumo doméstico de electricidade, *per capita*, 2000 (Fonte: Direcção Geral de Energia);

- Número de telefones fixos (postos principais da Telecom), *per capita*, 1999 (Fonte: Portugal Telecom);

- Número de pessoas ao serviço nas empresas da CAE 52 (comércio a retalho), com actividade, sediadas nos concelhos, *per capita*, segundo uma fotografia da base Belém, que inclui dados físicos de 2001 e económicos de 2000 (Fonte: INE);

- Valor dos prédios urbanos transaccionados, em propriedade horizontal, *per capita*, 2000 (Fonte: INE);

- Crédito hipotecário concedido a particulares, *per capita*, 2000 (Fonte: INE);

- Valor dos levantamentos em caixas multibanco, *per capita*, 2000 (Fonte: SIBS);

- Outras operações em caixas multibanco, *per capita*, 2000 (Fonte: SIBS);

- IRS liquidado segundo o concelho de residência do contribuinte, *per capita*, 1999 (Fonte: DGCI);

- Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS segundo o concelho de residência do contribuinte, *per capita*, 1999 (Fonte: DGCI);

- Taxa de urbanização (população residente em lugares com 5.000 ou mais habitantes em proporção da população residente nos concelhos no momento censitário), 2001 (Fonte: INE);
- População divorciada, *per capita*, 2001 (Fonte: INE);

- População com 21 ou mais anos com ensino superior concluído em 2001, *per capita*, (Fonte: INE);

- Edifícios com existência de elevador, *per capita*, 2001 (Fonte: INE).

- Contribuição Predial Autárquica, inscrita como receita das Câmaras Municipais, *per capita*, 2000 (Fonte: INE);

- Sisa contabilizada pelas Câmaras Municipais, *per capita*, 2000 (Fonte: INE);

- Número de empresas das CAE 551, 552 e 553 (alojamento e restauração, com exclusão de estabelecimentos de bebidas, cafés e similares), com actividade, sediadas nos concelhos, *per capita*, segundo uma fotografia da base Belém, que inclui dados físicos de 2001 e económicos de 2000 (Fonte: INE);

- Número de pessoas ao serviço em empresas das CAE 551, 552 e 553 (alojamento e restauração, com exclusão de estabelecimentos de bebidas, cafés e similares), com actividade, sediadas nos concelhos, *per capita*, conforme a fotografia mencionada em cima (Fonte: INE);

- Receitas totais dos estabelecimentos hoteleiros registados na Direcção Geral do Turismo, *per capita*, 2000 (Fonte: INE);

As variáveis foram calculadas em termos *per capita* por divisão pela população residente, estimada pelo INE, para 31/12/2000, com excepção das relativas ao Censos de 2001 caso em que se utilizou a população residente no momento censitário.

Com base nestas variáveis, e por recurso à metodologia estatística já referida, e descrita à frente de modo mais pormenorizado, foram construídos três indicadores:

- O Indicador *per Capita* do poder de compra (primeiro factor da análise);

- A Percentagem do Poder de Compra (indicador derivado do primeiro factor);

- O Factor Dinamismo Relativo (segundo factor da análise).

O Indicador *per Capita* é um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes concelhos e regiões, com esse valor de referência nacional. A Percentagem do Poder de Compra reflecte o peso do poder de compra de cada concelho e região, que transparece do Indicador *per Capita*, no total do país que assume o valor 100%.

O Factor Dinamismo Relativo mede a tendência, sobretudo em termos de dinâmica comercial, que subsiste para além do poder de compra regularmente manifestado nos concelhos e regiões do país, e que é medido pelos dois indicadores anteriores. Este último indicador, que se expressa também em proporção dos residentes nos concelhos, reflecte sobretudo o poder de compra associado aos fluxos populacionais de raiz turística que geralmente assumem uma mera natureza sazonal.

Os concelhos de Vizela, Trofa e Odivelas, constituídos nos meses de Outubro e Dezembro de 1998, foram considerados pela primeira vez neste Estudo. Nas variáveis em que ainda não se dispunha de informação para esses concelhos, os valores referentes a estes municípios foram estimados a partir da informação existente para os concelhos que lhes deram origem, com base na proporção da população aí residente. Também o concelho do Gavião foi já considerado no Alentejo (na NUTS III Alto Alentejo) conforme determina o Decreto-Lei nº 317/99, de 11 de Agosto.

Esta versão do EPCC difere ainda das anteriores no que se refere à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos utilizada, por incluir já a decorrente da nova delimitação das unidades de Nível II e III estabelecida pelo Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de Novembro. Podem ser consultados em anexo (Anexo 1), contudo, os valores que assumiriam as regiões portuguesas na anterior delimitação territorial.

A presente publicação inclui um CD, que para além de conter as principais tabelas que também constam do texto impresso, inclui ainda os valores dos índices para outras divisões geográficas, como os distritos e as regiões agrárias. A aplicação possui também um dispositivo que permite calcular o valor de qualquer um dos três indicadores, e da população, para qualquer agrupamento de concelhos a seleccionar pelo utilizador. Por fim, o CD contém facilidades de exportação dos valores dos três índices, e da população, para folhas de cálculo diversas, que viabilizam a livre manipulação dos dados pelo utilizador, assim como o seu cruzamento com informação de outra origem ou natureza.

Nota Metodológica

A metodologia adoptada no Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio assenta na análise factorial. O modelo utilizado é do tipo:

$$X = F.A + U$$

em que X é uma matriz n*m, em que cada uma das m colunas é uma variável estatística observada, sendo n o número de observações. A ideia fundamental é que as m variáveis são todas elas explicadas por um conjunto pequeno de p factores comuns. A matriz F, de dimensões n*p, é constituída, pois, pelos valores (desconhecidos) que os p factores assumem em cada um dos n pontos amostrais, sendo a matriz A (p*m) constituída pelos coeficientes (também desconhecidos) que quantificam o contributo marginal de cada factor para a explicação de cada variável. Finalmente, a matriz U (n*m) é constituída pelas componentes específicas, ou seja, compreende a parcela de cada variável não explicada por factores comuns, mas antes associada à ideossincrasia da própria variável. As colunas da matriz U são, por hipótese, não correlacionadas, quer entre si, quer com os factores, isto é, com as colunas da matriz F.

Sublinhe-se que o modelo de análise factorial só exige informação sobre as variáveis (só a matriz X é observada), e não sobre os factores. A matriz F, desconhecida *a priori*, é estimada conjuntamente com a matriz A. No modelo desenvolvido neste estudo impôs-se *a priori* a ortogonalidade dos factores, isto é, supôs-se que também as colunas de F possuem entre si coeficientes de correlação nulos.

No Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio nº 5, a matriz X é constituída por 19 variáveis, observadas nos 308 concelhos considerados. As 19 variáveis, que já foram descritas na Introdução, serão doravante abreviadas do seguinte modo:

ISVEIC - Imposto sobre veículos, *per capita*

ELECTRIC - Consumo doméstico de electricidade, *per capita*

TELEFON - Número de telefones fixos, *per capita*

NPSCOM - Número de pessoas ao serviço nas empresas de comércio a retalho, com sede nos concelhos, *per capita*

PURBPHOR - Valor dos prédios urbanos transaccionados, em propriedade horizontal, *per capita*

CREHIP - Crédito hipotecário concedido a particulares, *per capita*

LEVMULT - Valor dos levantamentos em caixas multibanco, *per capita*

OUTOPMUL - Outras operações em caixas multibanco, *per capita*

IRS - IRS liquidado segundo o concelho de residência do contribuinte, *per capita*

RDECLIRS - Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS, *per capita*

TXURB5 - Taxa de urbanização

POPDIVOR - População divorciada, *per capita*

POPESUP - População com 21 ou mais anos com ensino superior concluído, *per capita*

EDIFELEV - Edifícios com existência de elevador, *per capita*

CONTAUT - Contribuição Predial Autárquica, *per capita*

SISA - Sisa, *per capita*

NEMPREST - Número de empresas de alojamento e restauração, com exclusão de estabelecimentos de bebidas, cafés e similares, com sede nos concelhos, *per capita*

NPSREST - Número de pessoas ao serviço nas empresas de alojamento e restauração com exclusão de estabelecimentos de bebidas, cafés e similares com sede nos concelhos, *per capita*

RECHOTEL - Receitas totais dos estabelecimentos hoteleiros, *per capita*

Estas variáveis foram seleccionadas, endogenamente, dentro de um conjunto de mais de 80 variáveis, tendo sido as que revelaram um melhor desempenho no quadro do modelo. Ainda assim, e no que respeita à escolha das variáveis, importa sublinhar os seguintes aspectos:

- Embora todas as variáveis se encontrem intimamente associadas ao poder de compra, nenhuma pode ser considerada uma sua representação fiel; se assim não fosse dispensar-nos-íamos do recurso às metodologias, sempre mais complexas, de análise multivariada.

- A selecção das variáveis obedeceu a uma óptica não de geração do rendimento, mas de utilização do rendimento, o que justifica a não consideração de variáveis ligadas à produção.

- Em consequência deste critério de captação de variáveis essencialmente associadas à utilização do rendimento, e porque essas variáveis têm geralmente uma tradução mercantil, crê-se que o fenómeno do autoconsumo está insuficientemente reflectido nos indicadores construídos.

- Ainda que se assuma que as variáveis seleccionadas reflectem com razoável fidelidade a distribuição do poder de compra pelos concelhos, deve ser assinalado um enviesamento nalgumas variáveis, que poderá conduzir à subestimação de alguns dos indicadores produzidos no caso das Regiões Autónomas; referimo-nos nomeadamente às variáveis ISVEIC, já que o parque automóvel tende a ser mais reduzido em razão da própria insularidade, e ELECTRIC já que razões climáticas podem também induzir um menor consumo de electricidade.

- O que importa, em termos de cada variável, é a sua estrutura espacial, e não propriamente os valores tomados por cada observação; daí que, não tendo sido possível proceder à recolha de variáveis todas reportadas ao mesmo ano, se tenha aceitado como mal menor a introdução na análise de algumas variáveis temporalmente desfasadas.

- Porque o que releva é a estrutura espacial, e não o valor, e dado que as diferentes variáveis se exprimem em unidades de medidas distintas, procedeu-se, previamente à análise factorial propriamente dita, à estandartização de todas as variáveis (subtracção da média aritmética simples e divisão pelo desvio-padrão).

A análise factorial empreendida compôs-se de diferentes fases. Numa primeira etapa procedeu-se à extracção factorial em que o método utilizado foi o das componentes principais. Sublinhe-se que, estabelecidas as variáveis a incluir na análise, o número de factores a reter é endógeno. Escolheram-se obviamente os factores cuja variância é susceptível de explicar uma maior percentagem da variância total das variáveis, tendo o critério de exclusão apontado para que se prescindisse do contributo de factores cuja variância se revelasse inferior à das variáveis. A segunda etapa da análise factorial é designada de rotação, tendo sido utilizada nesta fase a técnica do quartimax. Finalmente, computou-se a matriz dos coeficientes dos *scores*, que permite operar a transformação da matriz X na matriz F, tendo o método utilizado sido o da regressão. No

presente Estudo foram retidos dois factores, que se revelaram capazes de explicar 76,9% da variância total das dezanove variáveis. O primeiro desses factores foi interpretado como um "Indicador *per Capita*" (IpC) do poder de compra regularmente manifestado nos concelhos, que explica sozinho (após rotação) 58,5% da variância total das variáveis. O segundo factor, designado "Factor Dinamismo Relativo" (FDR), entendido como a dinâmica comercial e habitacional que subsiste para além da influência do primeiro factor, associa-se fortemente ao fenómeno turístico e explica (após rotação) 18,4% da variância total das variáveis.

O Quadro nº 1 apresenta, em termos de cada uma das variáveis, a percentagem das suas variâncias explicada pelo modelo, isto é, pelos dois factores conjuntamente (comunalidades):

QUADRO 1 - Comunalidades

Variáveis	Comunalidades
ISVEIC	0,816
ELECTRIC	0,717
TELEFON	0,450
NPSCOM	0,492
PURBPHOR	0,741
CREHIP	0,715
LEVMULT	0,840
OUTOPMUL	0,877
IRS	0,881
RDECLIRS	0,896
TXURB5	0,656
POPDIVOR	0,778
POPESUP	0,855
EDIFELEV	0,721
CONTAUT	0,888
SISA	0,731
NEMPREST	0,838
NPSREST	0,898
RECHOTEL	0,830

Outro conjunto de informação que importa analisar como forma de aferir da qualidade da análise empreendida são os coeficientes de correlação entre cada uma das 19 variáveis e cada um dos dois factores (*loadings*). Dado que, por construção, os dois factores são ortogonais, então a matriz dos *loadings* coincide com a matriz A (transposta) do nosso modelo. O Quadro nº 2 é a matriz dos *loadings* (após rotação):

QUADRO 2 - Loadings

Variáveis	IPC	FDR
ISVEIC	0,882	0,195
ELECTRIC	0,680	0,505
TELEFON	0,668	0,068
NPSCOM	0,672	0,201
PURBPHOR	0,802	0,311
CREHIP	0,846	-0,011
LEVMULT	0,846	0,353
OUTOPMUL	0,936	0,021
IRS	0,919	-0,192
RDECLIRS	0,933	-0,159
TXURB5	0,787	-0,191
POPDIVOR	0,880	0,066
POPESUP	0,909	-0,172
EDIFELEV	0,849	-0,003
CONTAUT	0,676	0,657
SISA	0,719	0,463
NEMPREST	0,371	0,836
NPSREST	0,431	0,844
RECHOTEL	0,288	0,864

Finalmente o Quadro nº 3 dá-nos conta do conjunto de coeficientes que permite transformar a matriz X das variáveis, na matriz F dos factores, viabilizando assim o cômputo dos dois indicadores IpC e FDR.

QUADRO 3 - Coeficientes dos Scores

Variáveis	IPC	FDR
ISVEIC	0,079	0,002
ELECTRIC	0,035	0,120
TELEFON	0,065	-0,025
NPSCOM	0,056	0,019
PURBPHOR	0,062	0,047
CREHIP	0,090	-0,064
LEVMULT	0,064	0,057
OUTOPMUL	0,097	-0,060
IRS	0,110	-0,130
RDECLIRS	0,110	-0,120
TXURB5	0,096	-0,120
POPDIVOR	0,088	-0,041
POPESUP	0,108	-0,123
EDIFELEV	0,090	-0,062
CONTAUT	0,024	0,172
SISA	0,042	0,104
NEMPREST	-0,021	0,253
NPSREST	-0,015	0,252
RECHOTEL	-0,032	0,269

Para além dos dois índices já mencionados (IpC e FDR), julgou-se interessante, no âmbito deste Estudo, proceder ao cálculo de um terceiro indicador, designado de "Percentagem do Poder de Compra" (PPC). A ideia subjacente a este terceiro índice foi analisar a concentração do poder de compra

nos diferentes concelhos, tendo em conta que as manchas de maior ou menor poder de compra sobre o território nacional, dependem não só do poder de compra *per capita* dos cidadãos, mas também da distribuição espacial da população. O indicador PPC não resulta directamente da análise factorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada concelho no todo nacional em 2000.

Assinale-se, ainda, que o cômputo de qualquer um dos três indicadores para os agregados regionais NUTS I, II e III, e para o País, resulta também da ponderação dos valores assumidos pelos índices à escala concelhia, pelos pesos demográficos dos concelhos nos diferentes espaços regionais considerados.

Um aspecto que importa sublinhar é que no Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, à semelhança do que ocorre na grande maioria das estatísticas, a fiabilidade dos diferentes indicadores é tanto menor quanto maior a desagregação. Quer isto dizer, que nos indicadores fornecidos por este Estudo, os valores propostos para as Regiões NUTS I, II ou mesmo III, estão sujeitos a uma margem de erro inferior à dos valores concelhios. Ainda assim, e porque se julga que o interesse do utilizador se orienta fundamentalmente para as unidades espaciais mais pequenas, onde as alternativas em termos de informação são escassas, optou-se por publicar também os valores dos diferentes indicadores para os concelhos, sob reserva que na sua leitura e utilização se deve proceder com a necessária cautela.

Uma importante nota deve merecer a atenção dos utilizadores deste Estudo. As dezanove variáveis que constituem a informação de base da análise exprimem-se em unidades de medida diferentes e, em consequência, como já foi assinalado, foram previamente estandartizadas. Os factores obtidos a partir destas variáveis: IpC e FDR, são também originalmente variáveis estandartizadas. Significa isto que as unidades de medida dos dois factores são indeterminadas. Os dois índices são, pois, susceptíveis de transformações lineares, sem prejuízo do seu significado enquanto números cardinais. Estas transformações lineares são somente mudanças de escala. Tecnicamente, a escolha de um sistema de medida para os indicadores equivale a atribuir-lhes, de forma arbitrária, uma média e um desvio-padrão. No presente estudo procedeu-se do seguinte modo na escolha da escala de referência dos dois factores:

- No IpC atribuiu-se o valor 100 ao todo "País", e optou-se por um coeficiente de variação relativamente à média aritmética simples de 0,3875, igual ao da variável RDECLIRS, que se presumiu possuir uma elasticidade relativamente ao poder de compra sensivelmente unitária.

- O FDR é apresentado como variável estandartizada (procedimento não menos arbitrário que outro qualquer).

Se a escolha arbitrária de sistemas de medida para os dois indicadores IpC e FDR, fornecidos directamente pela análise factorial, não suscita problemas severos na interpretação desses índices, dado que, como já se referiu, as mudanças de escala preservam o seu significado enquanto cardinais, o mesmo já não pode ser dito relativamente ao indicador PPC. O peso de cada concelho no todo nacional, em termos de poder de compra, varia com o sistema de medida seleccionado para o índice IpC, donde é derivado o indicador PPC. Por este motivo, todas as análises baseadas na PPC, nomeadamente estudos de concentração de poder de compra, devem ser efectuadas e interpretadas com a maior cautela, dado que reflectem criticamente a escala escolhida na mensuração do IpC. Adverte-se, nomeadamente, para a possibilidade da concentração de poder de compra exagerar a própria concentração de rendimento monetário, dada a provável tendência à manifestação deste, enquanto despesa, de forma mais que proporcional, nos pontos de rendimento *per capita* mais elevado.

Assinale-se por fim, que a metodologia adoptada no Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio é particularmente adequada ao confronto espacial dos diferentes indicadores de poder de compra apresentados, mas ajusta-se menos a comparações temporais. Valores distintos, assumidos por um mesmo indicador nas diferentes versões deste

Estudo, podem derivar de uma efectiva variação do poder de compra em relação à média nacional, mas podem também resultar:

- Do conjunto de variáveis de base, utilizadas na construção dos indicadores, não ser coincidente nas diferentes versões do Estudo;

- De erros de medida nas variáveis de base, numa ou noutra versão do Estudo, que não se repetiram de forma consistente em todas;

- Das alterações do sistema de medida do IpC, sendo que este efeito tem, nesta quinta edição do EPCC, especial relevância, dada a redução, já referida, do coeficiente de variação que se atribuiu àquele índice, que passou dos 0,43 registados na edição anterior para somente cerca de 0,39.

O resultado desta última alteração, na escala em que foi medido o IpC, é que este indicador, e também a PPC que o reflecte, apontam para menores desequilíbrios regionais na distribuição espacial do poder de compra quotidianamente manifestado nos concelhos. Com efeito, de um modo geral, a análise dos resultados confirma que os concelhos com um maior poder de compra viram reduzir-se, quer o seu IpC quer a sua PPC, em relação às versões anteriores, tendo acontecido o inverso nos concelhos com um poder de compra mais diminuto. Anote-se, contudo, que embora esta redução das disparidades espaciais registada nesta versão traduza, como já foi referido, a alteração no sistema de medida do IpC resultante da redução do coeficiente de variação de RDECLIRS, poderá ter havido uma efectiva redução dos desequilíbrios territoriais, já que se verificou idêntica diminuição dos coeficientes de variação na generalidade das variáveis comuns nas diversas versões do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio.

Indicador *per Capita*

Introdução

O Indicador *per Capita* (IpC) é um número índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões, em termos *per capita*, com o poder de compra médio do País a que foi atribuído o valor 100.

Nesta parte analisa-se a distribuição do IpC por regiões NUTS I, II e III, e também por concelhos, seguindo-se um ordenamento exaustivo dos valores assumidos por esse indicador nessas diferentes unidades territoriais. Procede-se ainda a uma breve descrição do IpC dos concelhos que constituem cada uma das sete regiões NUTS II que compõem o País: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

A distribuição do poder de compra, em termos *per capita*, revela que o Continente português manifesta um poder de compra superior ao registado nas Regiões Autónomas, com um registo de IpC de 101,3 superando portanto, na sua escala de medida, o valor médio do País. Nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores este índice cifra-se em 81,3 e 65,1 respectivamente, aquém da média nacional.

No espaço continental, a Região de Lisboa é a que apresenta, segundo o IpC, um poder de compra mais elevado, que ultrapassa a média do país em 47,9%. Ainda com um valor do IpC superior à média nacional surge o Algarve atingindo os 108,8 pontos. As restantes regiões registam valores do IpC abaixo da média do país: 85,6 para a Região Norte, 79,8 para a Região Centro que se viu ultrapassada em termos de poder de compra *per capita* pela Região Autónoma da Madeira, e 77 pontos observados pelo Alentejo, última região continental nesta ordenação, embora possuindo um poder de compra *per capita* superior à Região Autónoma dos Açores que ocupa assim a última posição no total das regiões portuguesas.

Quanto à posição cimeira da Região de Lisboa que se situa a grande distância das outras regiões registando um IpC que excede em quase metade o valor médio do país, pode numa primeira análise parecer excessiva. No entanto, se se atentar nos 18 concelhos que actualmente a compõem verifica-se que se encontram entre os 55 com maior poder de compra, todos com registos de IpC acima dos 90 pontos.

A Região do Algarve aparece nesta 5ª versão do EPCC relativamente beneficiada, possuindo um poder de compra *per capita* que ultrapassa a média do país em quase 9%, o que não sendo surpreendente, resulta também do significativo peso populacional dos seus concelhos com maior poder de compra *per capita*. Atente-se, contudo, para que o posicionamento do Algarve no IpC tem conhecido alguma instabilidade ao longo das diferentes versões do EPCC, o que poderá reflectir alguma dificuldade experimentada pelo modelo em distinguir o que constitui poder de compra quotidianamente manifestado pelos residentes na região, medido pelo IpC, e poder de compra dos turistas, de natureza sazonal, expresso no Factor Dinamismo Relativo.

Relativamente à Região Norte, embora o seu IpC se situe abaixo da Região de Lisboa e da do Algarve, regiões bem mais homogéneas, e mesmo da média nacional, ocupa ainda assim uma posição relativamente elevada. O registo alcançado reflecte porém as disparidades existentes entre os concelhos que a compõem. Se por um lado, tem municípios com elevado poder de compra *per capita*, como os do Grande Porto que no seu conjunto atingem um valor médio de IpC que ultrapassa em 22% a média do país, integra também concelhos com poder de compra *per capita* muito reduzido.

De realçar o bom desempenho da Região Autónoma da Madeira, nesta versão do EPCC, que a coloca como a quarta região mais rica do país, com base no IpC, tendo mesmo ultrapassado a Região Centro. Esta posição deriva em parte do peso preponderante do município do Funchal no total da população madeirense.

Por outro lado, observa-se uma curta distância entre o Alentejo e a Região Centro, separadas por menos de 3 pontos. À semelhança do referido a respeito da Região Norte, o Centro é também um espaço regional cheio de contrastes onde se observa a coexistência de concelhos de elevado valor no IpC, correspondentes a centros urbanos do litoral, a par de outros que registam os valores mais baixos deste indicador. Note-se, por exemplo, que pertencem à Região Centro interior 3 das 4 regiões NUTS III com menores registos de IpC.

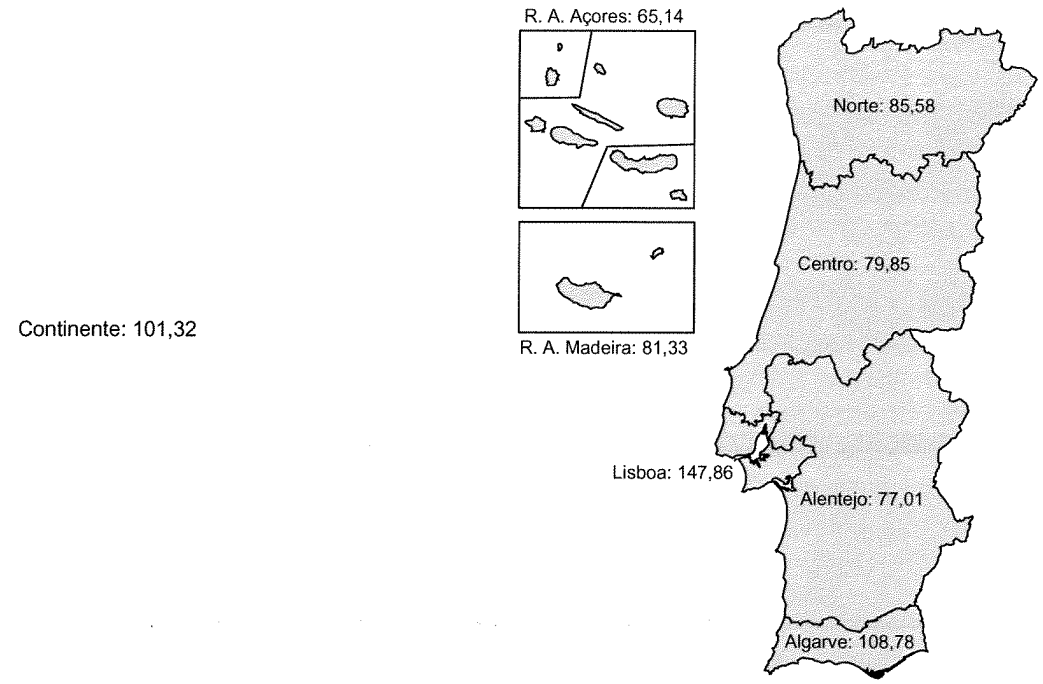
Assinale-se ainda, no final desta análise do IpC por grandes regiões (NUTS I e II) portuguesas, a posição da Região Autónoma dos Açores no último lugar da hierarquia. Esta região mantém-se assim como a região mais desfavorecida do país, segundo este indicador, o que tem vindo a verificar-se desde a edição nº 3 deste Estudo.

Analisando a distribuição do poder de compra *per capita* por regiões NUTS III destaca-se a posição privilegiada da Grande Lisboa, com um registo de IpC que supera a média do país em quase 60 pontos. Seguem-se com elevados níveis de poder de compra *per capita* as regiões do Grande Porto (122), Península de Setúbal (117,3) e Algarve (108,8). Também o Baixo Mondego ocupa uma posição digna de nota ao situar-se acima do valor médio do país, ainda que por apenas 3 décimas. Para além desta esperada concentração do poder de compra nas regiões NUTS III situadas no litoral, merecem também destaque algumas regiões do interior do país que, por efeito do peso dos seus centros urbanos no total da população da região, conseguem aproximar-se em termos de IpC dos valores registados na faixa litoral: casos da Beira Interior Sul com Castelo Branco, Alentejo Central com Évora e da Cova da Beira com a Covilhã. No extremo oposto, ou seja, com menor poder de compra *per capita* encontram-se as NUTS III Douro (61,7), Serra da Estrela (60,2), Pinhal Interior Norte (58,4), e mais atrás Tâmega e Pinhal Interior Sul onde aquele indicador assume os valores 53,6 e 49,2 respectivamente.

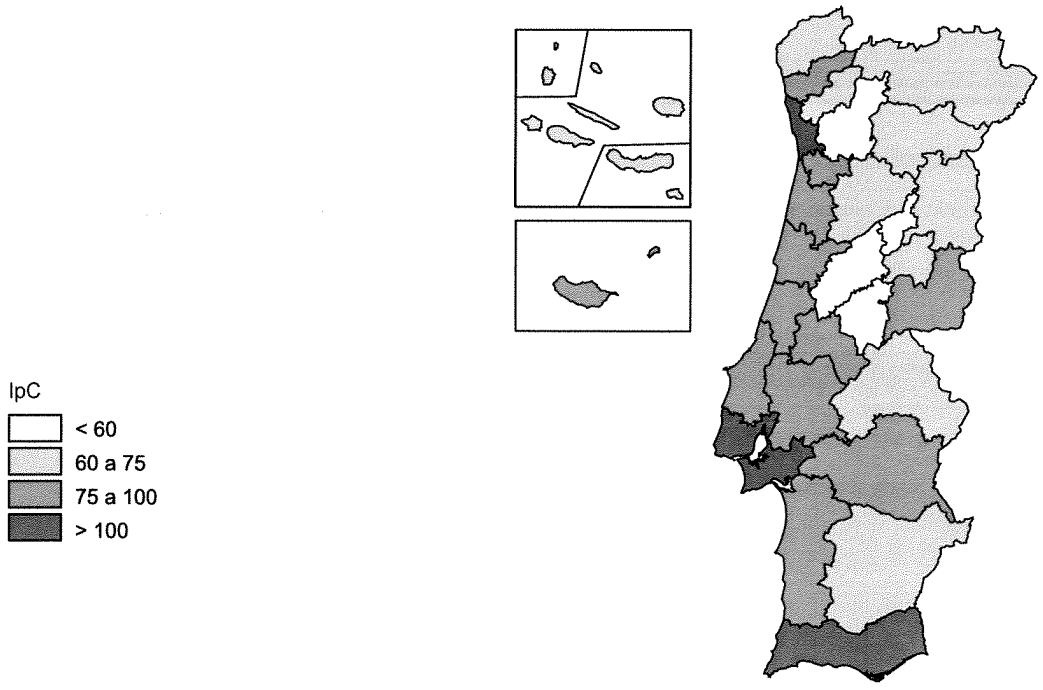
No que se refere à distribuição concelhia do IpC, verifica-se que dos 308 concelhos que compõem o país, 37 registam valores deste índice acima de 100, valor de referência que representa a média nacional. Destes, a quase totalidade possui centros urbanos com mais de 10 mil habitantes evidenciando que níveis mais elevados de poder de compra se registam em concelhos de características urbanas. Assim, incluem-se neste grupo de concelhos com poder de compra superior à média os municípios pertencentes à Região de Lisboa (todos com excepção de Alcochete, Mafra e Moita), 5 do Grande Porto (Porto, Matosinhos, Maia, Espinho e Vila Nova de Gaia), e também 7 capitais de distrito ou região (Faro, Coimbra, Aveiro, Funchal, Évora, Braga e Beja), todos concelhos de natureza eminentemente urbana. Fazem ainda parte desta lista mais 5 concelhos do litoral algarvio (Portimão, Albufeira, Loulé, Lagos e Vila Real de Santo António), São João da Madeira no Norte, Entroncamento, Marinha Grande e Caldas da Rainha na Região Centro e no Alentejo, Sines.

Uma referência, por fim, aos concelhos que denotam, segundo o IpC, um menor poder de compra *per capita*. Se tomarmos (de forma arbitrária) os últimos 50 concelhos na tabela daquele indicador, observamos de imediato o predomínio neste grupo da Região Norte, com 28 casos. Trata-se, contudo, sempre de pequenos concelhos do interior, pouco populosos, que consequentemente pouca influência têm no índice médio da região. A Região Centro marca presença neste grupo de 50 com 9 concelhos, e as Regiões Autónomas incluem ambas 5 dos seus concelhos. Dos restantes, neste grupo de 50, observa-se a existência de 2 do Alentejo (Mértola e Portel) e 1 do Algarve (Alcoutim). Da totalidade dos 50 concelhos, nenhum tem características vincadamente urbanas nem sub-urbanas, não podem ser considerados concelhos industrializados e, se exceptuarmos as Ilhas, nenhum tem contacto com o mar.

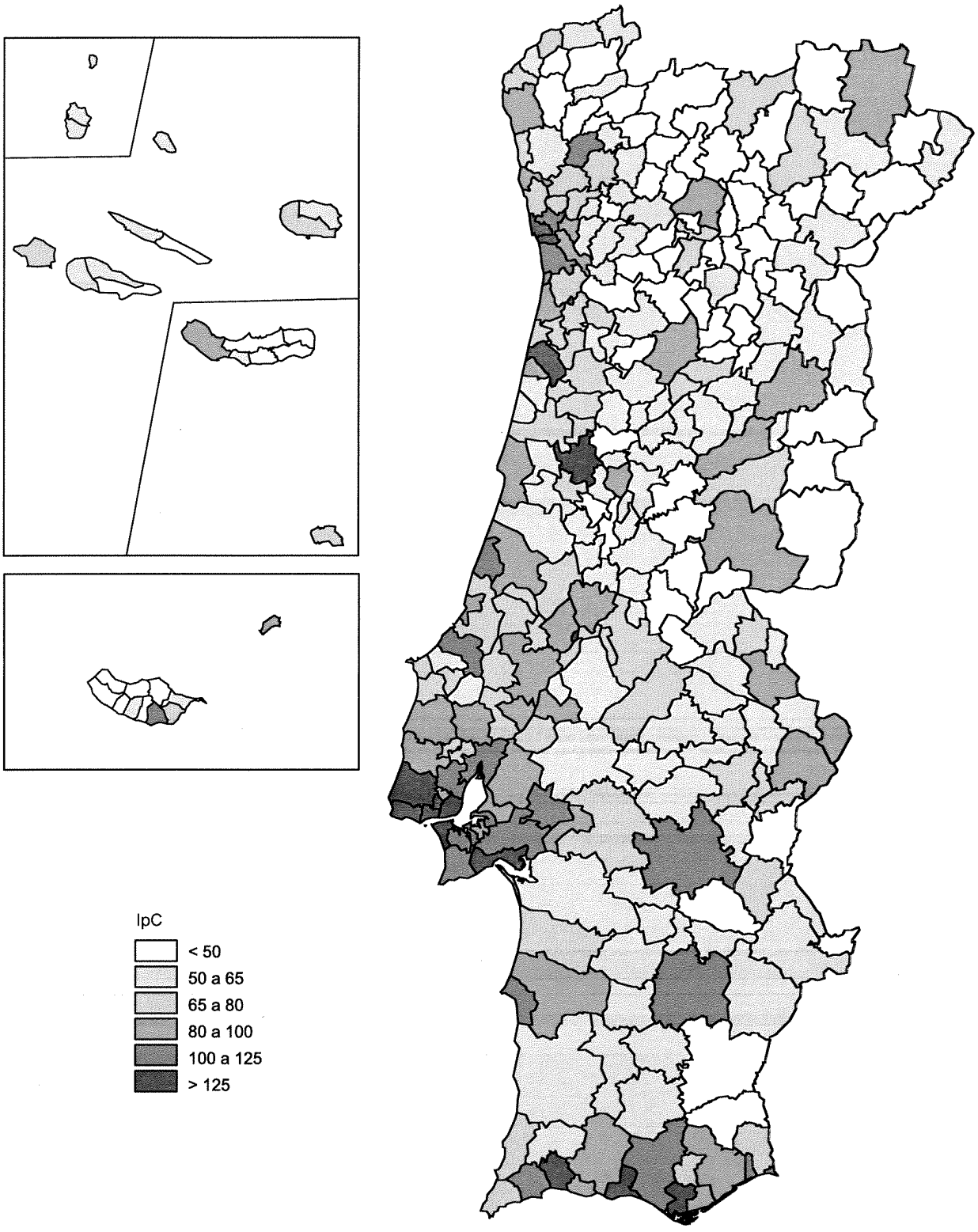
País por NUTS II



País por NUTS III



País por Concelhos



Regiões/Concelhos	IpC
Lisboa	220,19
Oeiras	184,07
Porto	176,62
Cascais	166,63
Grande Lisboa	158,99
Lisboa	147,86
Faro	139,05
Coimbra	136,70
Almada	134,13
Matosinhos	133,86
São João da Madeira	133,20
Portimão	132,87
Albufeira	129,60
Sintra	128,56
Setúbal	127,74
Amadora	126,38
Entroncamento	126,38
Aveiro	126,29
Loures	122,77
Grande Porto	121,99
Loulé	120,64
Funchal	120,32
Barreiro	118,28
Maia	118,19
Lagos	118,11
Península de Setúbal	117,35
Seixal	116,62
Espinho	116,49
Vila Franca de Xira	116,02
Évora	111,91
Marinha Grande	110,42
Braga	109,98
Algarve	108,78
Sines	108,14
Vila Nova de Gaia	107,89
Montijo	107,40
Vila Real de Santo António	104,38
Sesimbra	101,92
Caldas da Rainha	101,34
Continente	101,32
Palmela	101,10
Beja	101,02
Odivelas	100,47

Regiões/Concelhos	IpC
Baixo Mondego	100,31
País	100,00
Castelo Branco	98,76
Valongo	98,68
Bragança	97,86
Porto Santo	97,79
Lagoa	97,08
Santarém	96,15
Portalegre	95,80
Leiria	95,35
Alcochete	95,29
Benavente	95,27
Figueira da Foz	95,23
Ílhavo	94,99
Mafra	94,14
Gondomar	92,57
Vila Real	91,63
Viseu	91,58
Moita	91,41
Póvoa de Varzim	89,99
Guarda	89,88
Vendas Novas	88,04
Santiago do Cacém	86,69
Nazaré	86,54
Pinhal Litoral	86,21
Alenquer	85,74
Tomar	85,64
Campo Maior	85,63
Norte	85,58
Olhão	85,58
Baixo Vouga	84,89
Cartaxo	84,60
Ponta Delgada	84,50
Lousã	84,23
Beira Interior Sul	84,18
Viana do Castelo	84,07
Tavira	83,72
Torres Vedras	83,51
Elvas	83,47
Torres Novas	82,65
Covilhã	81,95
Silves	81,59
Alentejo Central	81,43

Regiões/Concelhos	IpC
Ovar	81,39
R. Autónoma da Madeira	81,33
Médio Tejo	81,07
Lezíria do Tejo	81,00
Oeste	80,61
Almeirim	80,57
Vila do Conde	80,31
Centro	79,85
Peniche	79,74
Rio Maior	79,40
Santa Maria da Feira	79,00
Azambuja	78,94
Cávado	78,87
Abrantes	78,86
São Brás de Alportel	78,79
Entre Douro e Vouga	78,29
Horta	77,40
Vila Viçosa	77,30
Caminha	77,09
Alentejo	77,01
Vila do Bispo	76,98
Alentejo Litoral	76,67
Grândola	76,67
Alcanena	76,55
Águeda	75,88
Vila Nova de Famalicão	75,81
Chaves	75,68
Oliveira do Bairro	75,44
Cova da Beira	75,31
Arruda dos Vinhos	74,79
Oliveira de Azeméis	74,36
Vila Nova da Barquinha	73,76
Alcobaça	73,59
Alto Alentejo	73,57
Santa Cruz	73,55
Trofa	73,53
Angra do Heroísmo	73,29
Estremoz	73,00
Vila do Porto	72,98
Reguengos de Monsaraz	72,18
Guimarães	71,83
Castelo de Vide	71,49
Batalha	71,46

Regiões/Concelhos	IpC
Condeixa-a-Nova	71,43
Lamego	71,36
Castro Marim	71,33
Ourém	71,15
Constância	71,07
Santo Tirso	71,00
Albergaria-a-Velha	70,98
Sobral de Monte Agraço	70,95
Anadia	70,92
Peso da Régua	70,59
Lourinhã	70,24
Montemor-o-Novo	69,94
Ave	69,87
Valença	69,32
Mealhada	69,30
Aljezur	68,69
Estarreja	68,39
Fundão	67,86
Esposende	67,86
Mirandela	67,73
Baixo Alentejo	67,68
Porto de Mós	67,66
Cantanhede	67,46
Ponte de Sôr	67,17
Mangualde	66,72
Vale de Cambra	66,70
Borba	66,51
Bombarral	66,31
Nelas	66,24
Dão-Lafões	66,13
Golegã	65,96
Salvaterra de Magos	65,61
Murtosa	65,61
Beira Interior Norte	65,55
Castro Verde	65,21
R. Autónoma dos Açores	65,14
Vizela	64,75
Minho-Lima	64,68
Alpiarça	64,43
Mira	64,20
Pombal	63,99
Alto Trás-os-Montes	63,85
Vagos	63,71

Regiões/Concelhos	IpC
Seia	63,38
Santa Cruz das Flores	63,24
Macedo de Cavaleiros	63,01
Vila Nova de Poiares	62,99
Douro	61,66
Alter do Chão	61,59
Óbidos	61,20
Paços de Ferreira	60,95
Coruche	60,74
Viana do Alentejo	60,61
Fronteira	60,45
Moura	60,41
Fafe	60,33
Velas	60,31
Avis	60,24
Serra da Estrela	60,17
São Roque do Pico	60,13
Vila Nova de Cerveira	60,04
Felgueiras	60,02
Sardoal	59,79
Nisa	59,57
Almeida	59,35
Cadaval	59,34
Vila da Praia da Vitória	59,30
Miranda do Corvo	59,10
Alcácer do Sal	58,78
Barcelos	58,75
Soure	58,69
Pinhal Interior Norte	58,44
Belmonte	58,41
Oliveira do Hospital	58,35
Odemira	58,26
Mora	58,24
Ansião	58,19
Gouveia	58,14
Amarante	57,99
Sousel	57,72
Santa Comba Dão	57,65
Miranda do Douro	57,64
Sever do Vouga	57,64
Corvo	57,41
Ferreira do Alentejo	57,40
Marco de Canaveses	56,71

Regiões/Concelhos	IpC
Paredes	56,54
Aljustrel	56,51
Carregal do Sal	56,40
Arraiolos	56,37
Redondo	56,36
Madalena	56,35
Tondela	56,20
Crato	56,08
Arganil	56,00
Penafiel	55,83
Serpa	55,75
Manteigas	55,67
Mortágua	55,41
Póvoa de Lanhoso	54,97
Castanheira de Pêra	54,86
Arronches	54,57
Cuba	54,42
Montemor-o-Velho	54,24
Melgaço	54,05
Monção	54,02
Vila Nova de Foz Côa	53,81
Marvão	53,56
Tâmega	53,55
Vidigueira	53,38
Ourique	53,26
Chamusca	53,07
Lajes das Flores	52,94
Castelo de Paiva	52,89
Mourão	52,79
Monchique	52,68
Oliveira de Frades	52,65
Ferreira do Zêzere	52,61
Almodôvar	52,52
Pinhel	52,41
Pedrógão Grande	52,38
Alvito	52,24
São Pedro do Sul	52,23
Santa Cruz da Graciosa	52,19
Vila de Rei	52,15
Sertã	51,99
Monforte	51,69
Ponte da Barca	51,67
Tábua	51,63

Regiões/Concelhos	IpC
Lagoa (R.A.A)	51,56
Alvaiázere	51,51
Celorico da Beira	51,31
Machico	51,29
Moimenta da Beira	51,28
Trancoso	51,07
Góis	50,96
Ribeira Brava	50,71
Torre de Moncorvo	50,57
Arouca	50,25
Gavião	50,18
Vila Velha de Ródão	50,17
Figueiró dos Vinhos	50,15
Amares	50,03
Fornos de Algodres	49,96
Figueira de Castelo Rodrigo	49,89
Idanha-a-Nova	49,85
Sátão	49,53
Lousada	49,52
Lajes do Pico	49,38
Pinhal Interior Sul	49,16
Penela	48,81
Alfândega da Fé	48,70
Murça	48,40
Vimioso	48,39
Proença-a-Nova	48,38
Alandroal	48,37
Vila Verde	48,14
Mação	48,06
São Vicente	47,81
Pampilhosa da Serra	47,80
Barrancos	47,75
Penacova	47,74
Vieira do Minho	47,64
Freixo de Espada à Cinta	47,43
Vila Pouca de Aguiar	47,38
Mogadouro	47,31
Tarouca	47,31
Mesão Frio	46,40
Arcos de Valdevez	46,35
Alijó	46,29
Ponte de Lima	46,23
Sabugal	46,22

Regiões/Concelhos	IpC
Vila Flor	46,00
Calheta (R.A.A.)	45,89
Santa Marta de Penaguião	45,79
Mértola	45,78
Portel	45,67
Castro Daire	45,51
Ribeira Grande	45,44
Vouzela	45,38
Paredes de Coura	45,38
Sabrosa	45,34
Montalegre	45,33
Povoação	45,15
Valpaços	45,06
Cabeceiras de Basto	44,89
Mondim de Basto	44,83
Terras de Bouro	44,72
Penamacor	44,69
Vila Nova de Paiva	44,14
São João da Pesqueira	43,95
Aguiar da Beira	43,85
Penedono	43,81
Tabuaço	43,52
Carrazeda de Ansiães	43,51
Meda	43,48
Ponta do Sol	43,42
Baião	43,35
Calheta (R.A.M.)	43,34
Oleiros	43,10
Porto Moniz	42,95
Resende	41,84
Vinhais	41,78
Nordeste	41,10
Alcoutim	40,13
Sernancelhe	40,01
Santana	39,83
Armamar	39,71
Câmara de Lobos	39,50
Ribeira de Pena	39,27
Boticas	39,22
Penalva do Castelo	39,11
Cinfães	38,42
Vila Franca do Campo	37,24
Celorico de Basto	36,18

Região Norte por Concelhos

IpC

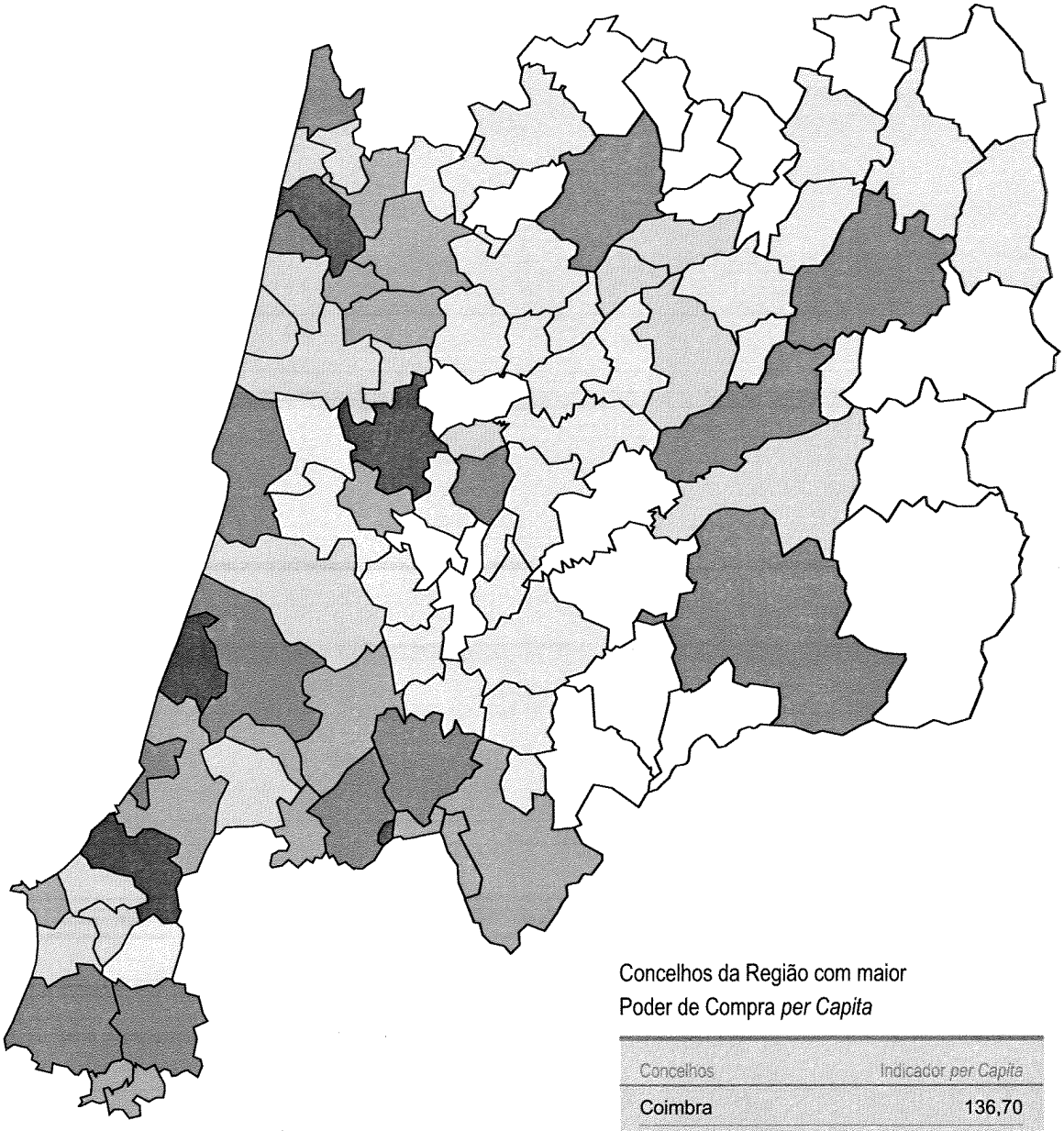
- < 45
- 45 a 55
- 55 a 65
- 65 a 80
- 80 a 100
- > 100

Concelhos da Região com maior Poder de Compra *per Capita*

Concelhos	Indicador *per Capita*
Porto	176,62
Matosinhos	133,86
São João da Madeira	133,20
Maia	118,19
Espinho	116,49
Braga	109,98
Vila Nova de Gaia	107,89
Valongo	98,68
Bragança	97,86
Gondomar	92,57

Valor do IpC na Região Norte: 85,58

Região Centro por Concelhos



Concelhos da Região com maior Poder de Compra *per Capita*

Concelhos	Indicador *per Capita*
Coimbra	136,70
Entroncamento	126,38
Aveiro	126,29
Marinha Grande	110,42
Caldas da Rainha	101,34
Castelo Branco	98,76
Leiria	95,35
Figueira da Foz	95,23
Ílhavo	94,99
Viseu	91,58

Valor do IpC na Região Centro: 79,85

Região de Lisboa por Concelhos

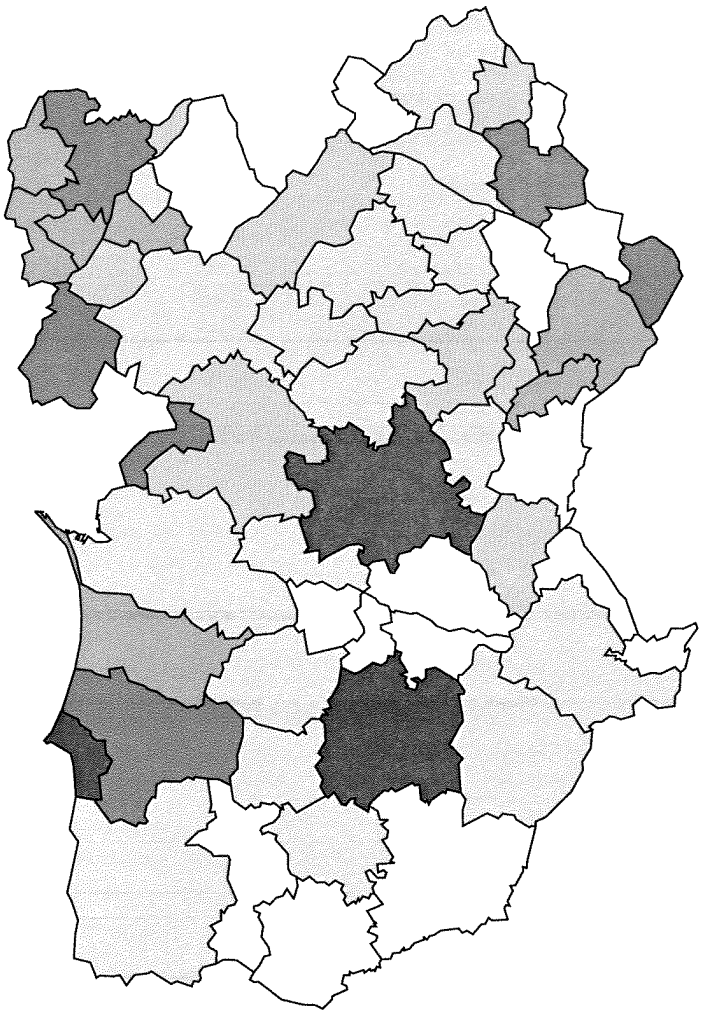
IpC
- < 100
- 100 a 120
- 120 a 150
- > 150

Concelhos da Região com maior Poder de Compra *per Capita*

Concelhos	Indicador *per Capita*
Lisboa	220,19
Oeiras	184,07
Cascais	166,63
Almada	134,13
Sintra	128,56
Setúbal	127,74
Amadora	126,38
Loures	122,77
Barreiro	118,28
Seixal	116,62

Valor do IpC na Região de Lisboa: 147,86

Região do Alentejo por Concelhos



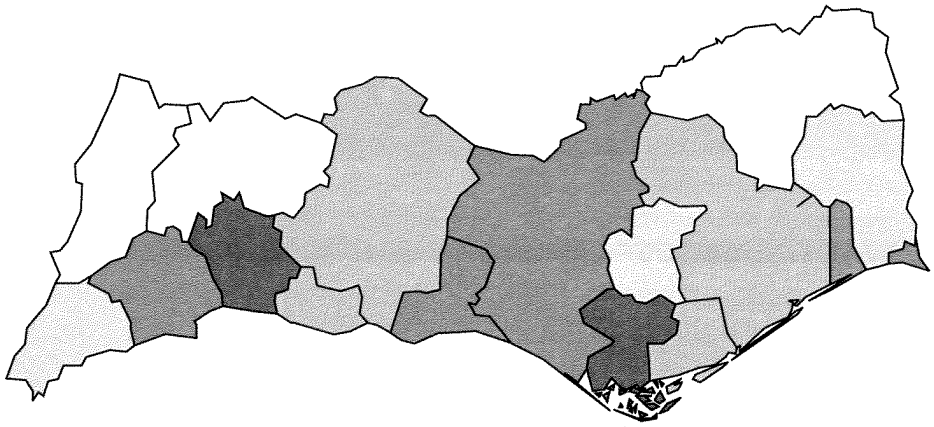
IpC
- < 55
- 55 a 65
- 65 a 75
- 75 a 85
- 85 a 100
- > 100

Concelhos da Região com maior Poder de Compra *per Capita*

Concelhos	Indicador *per Capita*
Évora	111,91
Sines	108,14
Beja	101,02
Santarém	96,15
Portalegre	95,80
Benavente	95,27
Vendas Novas	88,04
Santiago do Cacém	86,69
Campo Maior	85,63
Cartaxo	84,60

Valor do IpC na Região do Alentejo: 77,01

Região do Algarve por Concelhos



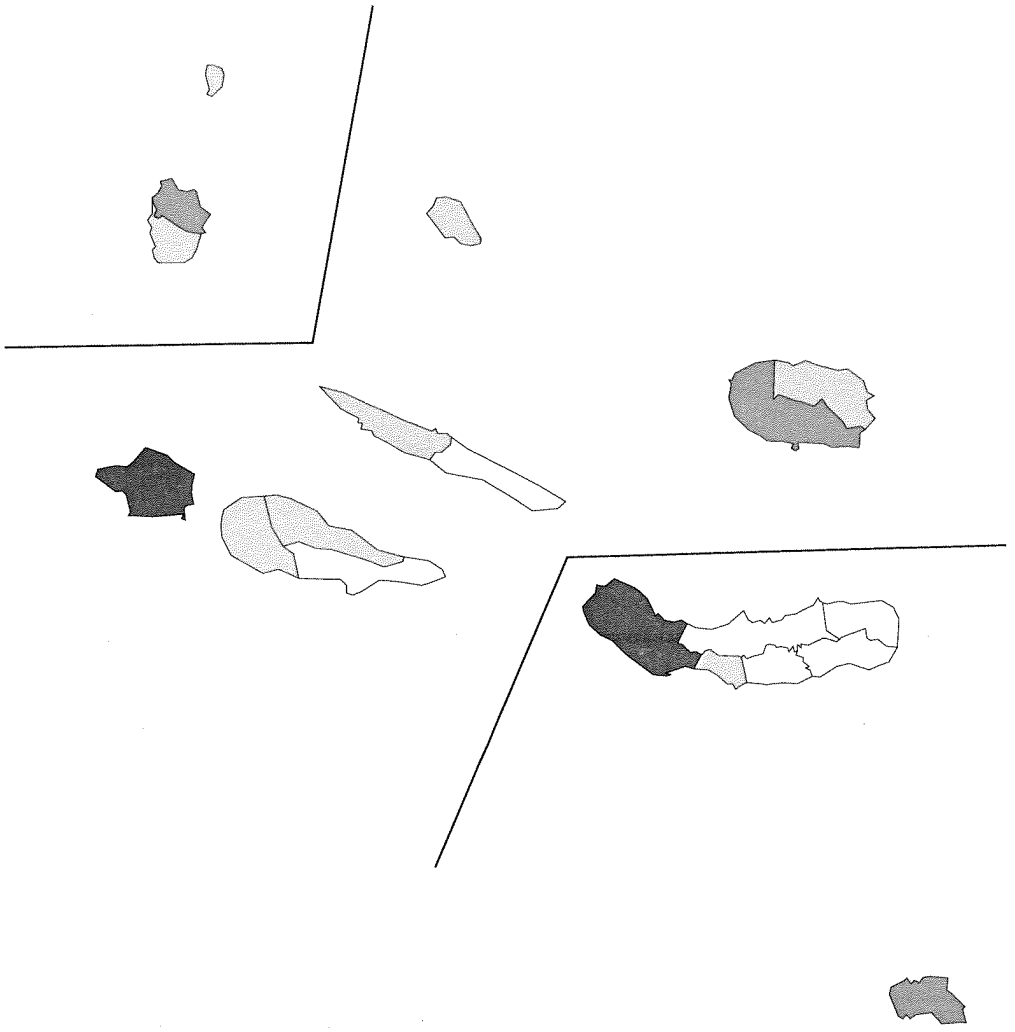
IpC
- < 70
- 70 a 80
- 80 a 100
- 100 a 130
- > 130

Concelhos da Região com maior Poder de Compra *per Capita*

Concelhos	Indicador *per Capita*
Faro	139,05
Portimão	132,87
Albufeira	129,60
Loulé	120,64
Lagos	118,11
Vila Real de Santo António	104,38

Valor do IpC na Região do Algarve: 108,78

Região Autónoma dos Açores por Concelhos



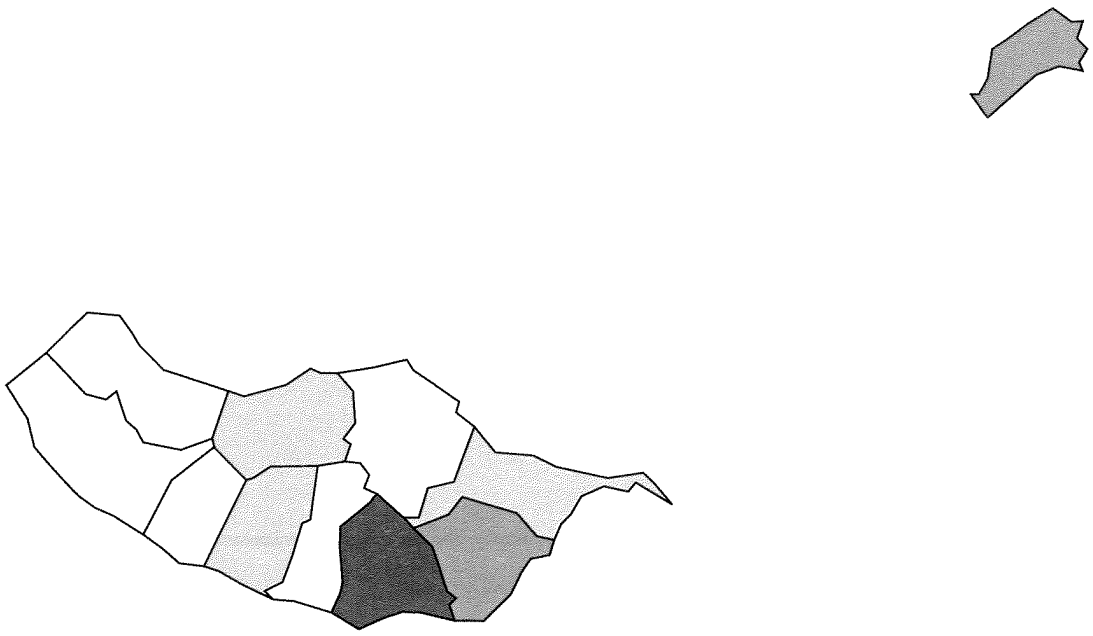
IpC
- < 50
- 50 a 60
- 60 a 75
- > 75

Concelhos da Região com maior Poder de Compra *per Capita*

Concelhos	Indicador *per Capita*
Ponta Delgada	84,50
Horta	77,40
Angra do Heroísmo	73,29
Vila do Porto	72,98
Santa Cruz das Flores	63,24
Velas	60,31

Valor do IpC na Região Autónoma dos Açores: 65,14

Região Autónoma da Madeira por Concelhos



IpC
- < 45
- 45 a 70
- 70 a 100
- > 100

Concelhos da Região com maior Poder de Compra *per Capita*

Concelhos	Indicador *per Capita*
Funchal	120,32
Porto Santo	97,79
Santa Cruz	73,55
Machico	51,29
Ribeira Brava	50,71
São Vicente	47,81

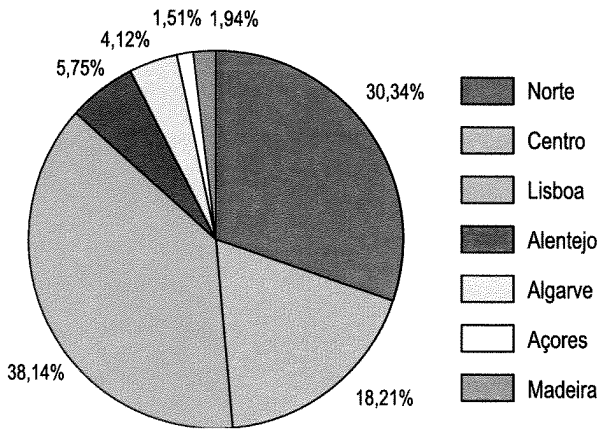
Valor do IpC na Região Autónoma da Madeira: 81,33

Percentagem de Poder de Compra

Introdução

A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador, inferido do Indicador *per Capita* de poder de compra, que se propõe medir o peso do poder de compra de cada concelho (e região) no total do País que toma o valor 100. A PPC reflecte não só a distribuição do poder de compra pelo país, mas também, e concomitantemente, a distribuição da população. Apesar dos problemas descritos na Nota Metodológica, a propósito da escolha do sistema de medida do Indicador *per Capita*, que aconselham uma leitura cautelosa dos números fornecidos pela PPC, optámos pela divulgação deste indicador, face ao interesse que ineludivelmente representa para os utilizadores.

A estrutura do poder de compra do País por regiões NUTS II, representada no diagrama em baixo, salienta o predomínio da região de Lisboa com um peso de 38% no total nacional do poder de compra, logo seguida da Região Norte acima dos 30%. A Região Centro representa mais de 18% deste todo. Com contributos mais modestos, surgem o Alentejo, com quase 6%, e o Algarve que se fica pelos 4%. Obtêm-se assim os 96,6% atingidos pelo Continente no total nacional em termos de poder de compra. Quanto às Regiões Autónomas, a Madeira chega muito perto dos 2%, mas os Açores ficam claramente aquém deste valor.



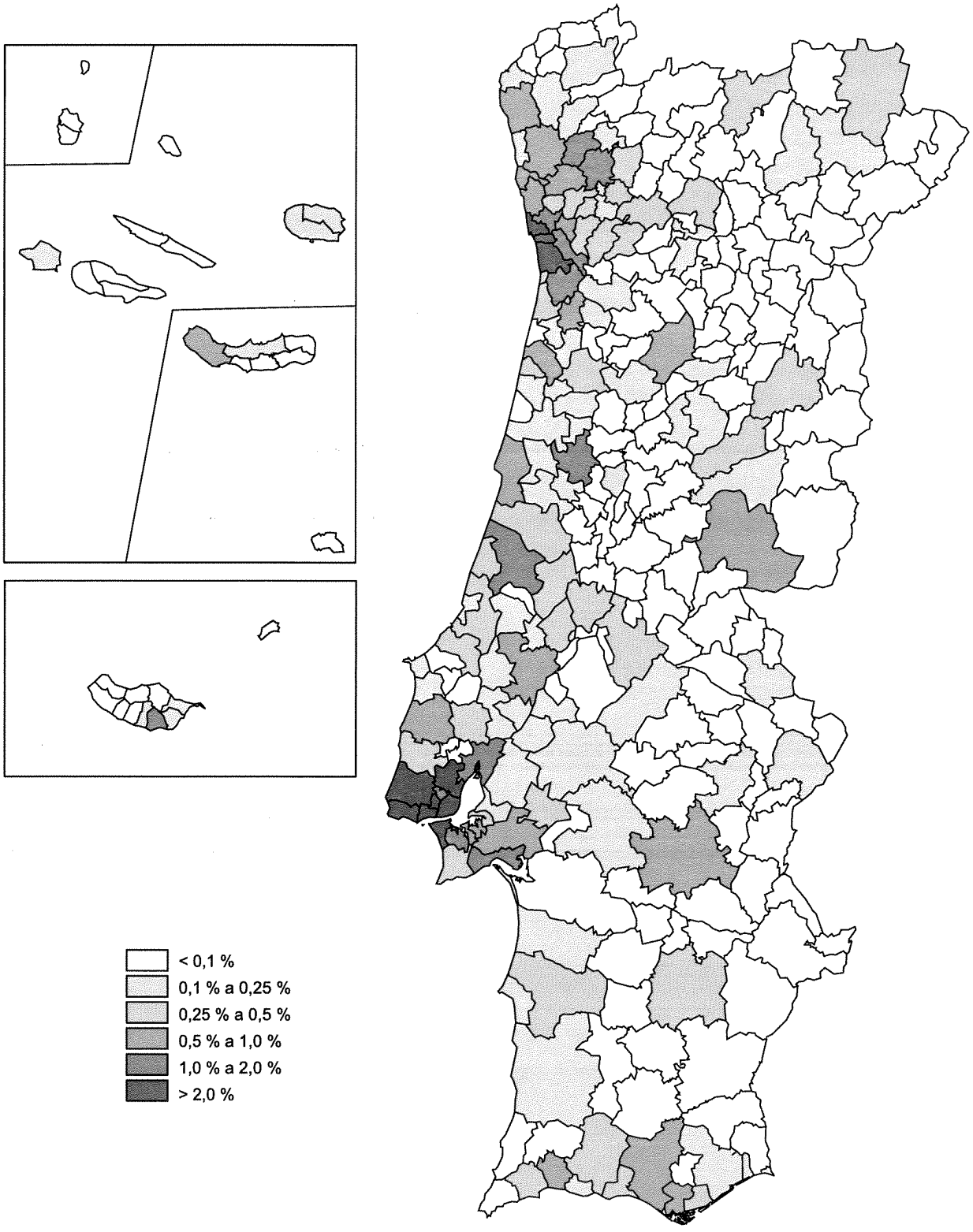
O Quadro seguinte decompõe a estrutura do poder de compra nacional pelas diferentes NUTS III. Constata-se que a Grande Lisboa representa um peso de 30% no todo nacional, quase tanto como toda a Região Norte, enquanto que o Grande Porto se aproxima dos 15%. Segue-se a Península de Setúbal que atinge os 8% do poder de compra nacional, à frente do Alentejo e do Algarve. As regiões do Ave, Baixo Mondego e Baixo Vouga representam cada uma pouco mais de 3%. Com um peso inferior a 1% do poder de compra, encontram-se nove regiões localizadas dominantemente no interior do País.

Regiões	PPC
Minho-Lima	1,56
Cávado	2,98
Ave	3,42
Grande Porto	14,75
Tâmega	2,84
Entre Douro e Vouga	2,08
Douro	1,33
Alto Trás-os-Montes	1,38
Norte	30,34
Baixo Vouga	3,17
Baixo Mondego	3,32
Pinhal Litoral	2,08
Pinhal Interior Norte	0,79
Dão-Lafões	1,85
Pinhal Interior Sul	0,22
Serra da Estrela	0,29
Beira Interior Norte	0,74
Beira Interior Sul	0,64
Cova da Beira	0,69
Oeste	2,65
Médio Tejo	1,78
Centro	18,21
Grande Lisboa	30,05
Península de Setúbal	8,09
Lisboa	38,14
Alentejo Litoral	0,73
Alto Alentejo	0,90
Alentejo Central	1,35
Baixo Alentejo	0,88
Lezíria do Tejo	1,89
Alentejo	5,75
Algarve	4,12
Continente	96,55
Região Autónoma dos Açores	1,51
Região Autónoma da Madeira	1,94

No que respeita à distribuição concelhia da PPC, apresenta-se um mapa para visualização, seguido da listagem exaustiva do valor desta percentagem em todos os concelhos do país. Realce para o valor representado pelo concelho de Lisboa, que alcança sozinho 12,2% do total do poder de compra nacional. Porto e Sintra apresentam também um peso relevante, ambos acima dos 4%. Para além destes, é possível ainda encontrar mais 19 concelhos com pesos que superam, por si só, 1% do poder de compra do país. Este conjunto de 22 concelhos, é constituído na sua maioria por municípios da área da Grande Lisboa, Península de Setúbal e Grande Porto, aos quais se juntam Coimbra, Braga, Funchal, Leiria, Guimarães e Santa Maria da Feira.

A distribuição espacial da PPC ilustra, de forma muito evidente, as assimetrias regionais do País, reflectindo a concentração, quer do poder de compra, quer da população, nas duas grandes cidades portuguesas e suas envolventes sub-urbanas, assim como mais geralmente na faixa litoral. Poucos são os concelhos do interior capazes de assumir algum relevo no total nacional do poder de compra. Saliente-se, somente, entre os concelhos do interior, o peso ainda relativamente significativo denotado pela PPC dos concelhos de Viseu (0,83%), Évora (0,60%) e Castelo Branco (0,53%).

País por Concelhos



Concelhos	PPC
Lisboa	12,2381
Porto	4,5343
Sintra	4,4412
Vila Nova de Gaia	2,9726
Oeiras	2,8947
Cascais	2,7482
Loures	2,3795
Amadora	2,1766
Matosinhos	2,1440
Almada	2,0912
Coimbra	1,9735
Braga	1,7269
Seixal	1,6745
Gondomar	1,4516
Setúbal	1,4056
Vila Franca de Xira	1,3699
Maia	1,3426
Odivelas	1,3104
Funchal	1,2260
Leiria	1,1035
Guimarães	1,1018
Santa Maria da Feira	1,0275
Vila Nova de Famalicão	0,9283
Barreiro	0,9162
Aveiro	0,8988
Viseu	0,8288
Valongo	0,8110
Faro	0,7754
Viana do Castelo	0,7152
Barcelos	0,6902
Loulé	0,6785
Évora	0,6040
Moita	0,6001
Santarém	0,5934
Torres Vedras	0,5835
Figueira da Foz	0,5804
Portimão	0,5717
Vila do Conde	0,5711
Póvoa de Varzim	0,5463

Concelhos	PPC
Castelo Branco	0,5344
Ponta Delgada	0,5330
Palmela	0,5160
Oliveira de Azeméis	0,5064
Santo Tirso	0,4955
Mafra	0,4877
Caldas da Rainha	0,4770
Paredes	0,4522
Vila Real	0,4390
Ovar	0,4362
Covilhã	0,4351
Montijo	0,4064
Alcobaça	0,4056
Penafiel	0,3873
Albufeira	0,3848
Guarda	0,3823
Espinho	0,3806
Marinha Grande	0,3669
Sesimbra	0,3623
Águeda	0,3603
Tomar	0,3583
Pombal	0,3480
Beja	0,3456
Ílhavo	0,3423
Olhão	0,3360
Amarante	0,3332
Felgueiras	0,3313
Bragança	0,3261
Abrantes	0,3259
Alenquer	0,3222
Chaves	0,3163
Ourém	0,3159
Paços de Ferreira	0,3089
Fafe	0,3054
Torres Novas	0,2970
Lagos	0,2872
Marco de Canaveses	0,2862
São João da Madeira	0,2689
Silves	0,2668

Concelhos	PPC
Trofa	0,2645
Santiago do Cacém	0,2582
Angra do Heroísmo	0,2498
Cantanhede	0,2488
Portalegre	0,2384
Entroncamento	0,2190
Esposende	0,2171
Anadia	0,2166
Vila Verde	0,2160
Lousada	0,2122
Peniche	0,2112
Benavente	0,2110
Fundão	0,2078
Santa Cruz	0,2076
Tavira	0,2026
Ponte de Lima	0,1977
Lamego	0,1947
Cartaxo	0,1914
Lagoa	0,1913
Elvas	0,1877
Estarreja	0,1873
Vila Real de Santo António	0,1783
Seia	0,1750
Almeirim	0,1715
Tondela	0,1710
Albergaria-a-Velha	0,1692
Mirandela	0,1678
Rio Maior	0,1623
Porto de Mós	0,1600
Vale de Cambra	0,1597
Azambuja	0,1589
Lourinhã	0,1581
Oliveira do Bairro	0,1539
Odemira	0,1453
Vizela	0,1407
Sines	0,1393
Mealhada	0,1387
Mangualde	0,1371
Vagos	0,1351

Concelhos	PPC
Montemor-o-Velho	0,1350
Câmara de Lobos	0,1325
Peso da Régua	0,1298
Salvaterra de Magos	0,1279
Lousã	0,1274
Nazaré	0,1270
Coruche	0,1269
Oliveira do Hospital	0,1263
Caminha	0,1259
Ribeira Grande	0,1242
Montemor-o-Novo	0,1241
Póvoa de Lanhoso	0,1205
Soure	0,1199
Alcochete	0,1177
Arouca	0,1175
Ponte de Sôr	0,1163
Vila da Praia da Vitória	0,1152
Horta	0,1114
Arcos de Valdevez	0,1111
Estremoz	0,1091
Alcanena	0,1085
Machico	0,1084
Grândola	0,1082
Macedo de Cavaleiros	0,1067
Condeixa-a-Nova	0,1051
Monção	0,1043
Batalha	0,1037
São Pedro do Sul	0,0975
Vendas Novas	0,0968
Moura	0,0963
Valença	0,0949
Baião	0,0936
Nelas	0,0925
Gouveia	0,0919
Serpa	0,0895
Amares	0,0888
Castelo de Paiva	0,0885
Valpaços	0,0857
Bombarral	0,0855

Concelhos	PPC
Sertã	0,0852
Cinfães	0,0834
Mira	0,0809
Alcácer do Sal	0,0804
Cadaval	0,0800
Reguengos de Monsaraz	0,0786
Ansião	0,0779
Penacova	0,0778
Cabeceiras de Basto	0,0769
Castro Daire	0,0757
Arruda dos Vinhos	0,0745
Miranda do Corvo	0,0745
São Brás de Alportel	0,0745
Sever do Vouga	0,0745
Arganil	0,0742
Celorico de Basto	0,0718
Santa Comba Dão	0,0699
Lagoa (R.A.A)	0,0697
Vila Pouca de Aguiar	0,0692
Campo Maior	0,0689
Vieira do Minho	0,0680
Sabugal	0,0672
Vila Viçosa	0,0658
Óbidos	0,0649
Alijó	0,0646
Ponte da Barca	0,0643
Sátão	0,0637
Tábua	0,0636
Ribeira Brava	0,0617
Murtosa	0,0605
Sobral de Monte Agraço	0,0603
Chamusca	0,0595
Aljustrel	0,0577
Carregal do Sal	0,0576
Idanha-a-Nova	0,0571
Pinhel	0,0566
Montalegre	0,0565
Mortágua	0,0561
Moimenta da Beira	0,0553

Concelhos	PPC
Vila Nova da Barquinha	0,0545
Oliveira de Frades	0,0544
Trancoso	0,0543
Vouzela	0,0529
Melgaço	0,0522
Mogadouro	0,0514
Vila Nova de Cerveira	0,0512
Calheta (R.A.M.)	0,0504
Resende	0,0503
Alpiarça	0,0500
Ferreira do Alentejo	0,0499
Borba	0,0498
Almeida	0,0493
Nisa	0,0492
Torre de Moncorvo	0,0486
Ferreira do Zêzere	0,0483
Castro Verde	0,0474
Proença-a-Nova	0,0457
Castro Marim	0,0457
Miranda do Douro	0,0449
Celorico da Beira	0,0443
Vila Nova de Foz Côa	0,0440
Vinhais	0,0433
Belmonte	0,0430
Porto Santo	0,0427
Vila Nova de Poiares	0,0427
Alvaiázere	0,0426
Paredes de Coura	0,0419
Arraiolos	0,0413
Almodôvar	0,0411
Vila do Bispo	0,0401
Mação	0,0399
Vila Franca do Campo	0,0399
Vila do Porto	0,0393
Mértola	0,0384
Tarouca	0,0384
Redondo	0,0383
Santa Marta de Penaguião	0,0382
Mondim de Basto	0,0375

Concelhos	PPC
São João da Pesqueira	0,0370
Golegã	0,0367
Terras de Bouro	0,0363
Figueiró dos Vinhos	0,0361
Monchique	0,0356
Vila Flor	0,0353
Figueira de Castelo Rodrigo	0,0351
Aljezur	0,0349
Ponta do Sol	0,0344
Penalva do Castelo	0,0344
Santana	0,0343
Madalena	0,0329
Viana do Alentejo	0,0326
Carrazeda de Ansiães	0,0325
Mora	0,0325
Velas	0,0323
Sousel	0,0320
Murça	0,0318
Ourique	0,0316
Vidigueira	0,0316
Penela	0,0314
Portel	0,0312
Sabrosa	0,0309
Alandroal	0,0307
Avis	0,0301
Povoação	0,0293
Penamacor	0,0293
São Vicente	0,0292
Armamar	0,0290
Tabuaço	0,0288
Ribeira de Pena	0,0284
Oleiros	0,0283
Alfândega da Fé	0,0282
Fornos de Algodres	0,0276
Aguiar da Beira	0,0268
Meda	0,0268
Constância	0,0265
Castelo de Vide	0,0265
Vila Nova de Paiva	0,0264

Concelhos	PPC
Cuba	0,0261
Vimioso	0,0251
Boticas	0,0246
Pampilhosa da Serra	0,0243
Sernancelhe	0,0243
Góis	0,0242
Lajes do Pico	0,0240
Santa Cruz da Graciosa	0,0240
Sardoal	0,0239
Gavião	0,0238
Crato	0,0235
Alter do Chão	0,0233
Pedrógão Grande	0,0223
Mesão Frio	0,0223
Fronteira	0,0217
Manteigas	0,0210
São Roque do Pico	0,0209
Nordeste	0,0209
Marvão	0,0207
Vila Velha de Ródão	0,0202
Castanheira de Pêra	0,0202
Freixo de Espada à Cinta	0,0193
Calheta (R.A.A.)	0,0180
Arronches	0,0177
Vila de Rei	0,0171
Monforte	0,0169
Mourão	0,0163
Santa Cruz das Flores	0,0151
Alcoutim	0,0148
Penedono	0,0146
Alvito	0,0132
Porto Moniz	0,0123
Barrancos	0,0088
Lajes das Flores	0,0077
Corvo	0,0023

Factor Dinamismo Relativo

Introdução

O Factor Dinamismo Relativo (FDR) mede a tendência que subsiste, em termos sobretudo de dinâmica comercial, depois de retirada a influência do nível de poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões do País. O FDR mede essencialmente o poder de compra derivado dos fluxos populacionais de cariz turístico, que assumem frequentemente uma mera natureza sazonal. Este indicador, que se exprime em proporção dos residentes nos concelhos, toma pois os seus valores mais elevados nos concelhos de grande afluência turística, nomeadamente no Algarve, assumindo ao contrário os valores baixos nos grandes centros urbanos. Este último facto não significa que a actividade turística seja irrelevante nestes centros, mas somente que a sua influência se dilui na massa de poder de compra, mais significativa, aí manifestada pelos residentes, ou pelos que diariamente demandam estes concelhos.

A posição ocupada por concelhos como Porto, Lisboa, Oeiras e Amadora, nos últimos lugares da ordenação concelhia pelo FDR, mostra que este indicador não é sensível aos movimentos pendulares da população que se registam no interior das grandes áreas metropolitanas. O efeito destes fluxos deverá ser antes reflectido no IpC, restando ao FDR a tarefa de representar os movimentos mais irregulares, com reflexo no poder de compra, que como já se referiu se associam fundamentalmente à capacidade de atracção turística de alguns concelhos. Sublinhe-se que a nulidade do coeficiente de correlação entre os indicadores IpC e FDR, imposta pela metodologia da construção destes indicadores, deverá ter contribuído igualmente para o posicionamento dos grandes centros urbanos, a que corresponde geralmente um elevado poder de compra *per capita*, no fundo da tabela que ordena os concelhos pelo FDR.

Esta parte propõe-se mostrar e analisar a distribuição espacial do FDR por regiões NUTS I, II e III, e por concelhos. Inclui, para além desta introdução, a tabela que ordena os diferentes concelhos e regiões pelo indicador em análise. Na falta de uma unidade de medida adequada, em que se exprimisse o FDR, optou-se pela sua apresentação como variável estandartizada, sendo 0 a média aritmética simples dos diferentes concelhos, e 1 - a unidade de medida - o desvio-padrão da distribuição. O valor do FDR para o País, que corresponde à média ponderada dos 308 concelhos pelos seus pesos populacionais, é de -0,3454.

Relativamente à desagregação por NUTS II, a região que registou um valor mais elevado do FDR foi o Algarve onde este indicador quase que triplicou o desvio-padrão da sua distribuição, atingindo um *score* de 2,93. Para além do Algarve, somente a Região Autónoma da Madeira verifica um registo positivo neste indicador, cifrado em 0,72. Entre as NUTS II com valores negativos no seu FDR, destaca-se a Região de Lisboa com -0,97. No que respeita às regiões NUTS III importa sublinhar a terceira posição, após o Algarve e a Madeira, em que se posicionou o Alentejo Litoral, com um FDR de 0,34. Na cauda da tabela quedaram-se a Península de Setúbal e a Grande Lisboa, regiões em que o FDR assumiu respectivamente os valores de -0,82 e -1,03.

A análise do FDR por concelho reflecte, de forma particularmente elucidativa, a interpretação prestada a este indicador. Os valores mais elevados do FDR encontram-se em concelhos fortemente dominados pelo fenómeno turístico, nomeadamente Albufeira em que o valor do FDR atinge um registo 10 vezes superior ao desvio-padrão da distribuição, e Lagoa/ Algarve também com um valor que excede os 6

desvios-padrão. Por outro lado, no topo da seriação por concelhos deste indicador encontram-se a maioria dos municípios algarvios: mais precisamente, dos 16 concelhos do Algarve 12 situam-se nos 16 primeiros lugares do *ranking* do FDR, sendo algarvios os nove primeiros lugares dessa tabela. Ficaram somente de fora desta posição cimeira São Brás de Alportel, Olhão, Faro e Alcoutim. Nos 17 primeiros lugares, que são também aqueles em que o FDR excedeu o valor 1, situaram-se ainda cinco concelhos não algarvios: Terras de Bouro, Grândola, Nazaré e os dois concelhos da Madeira, Porto Santo e Funchal. No intervalo 0,5 a 1 da escala do FDR, podem-se encontrar pólos de atracção turística como Óbidos, Odemira, Sesimbra, Caminha e Valença, e os municípios madeirenses de Porto Moniz, Santa Cruz e Calheta. No outro extremo da lista, e com um FDR inferior a -0,5, encontramos vários municípios das áreas urbanas de Lisboa e Porto, entre os quais estas duas cidades, mas também Oeiras, Amadora, Sintra e Loures, 15 capitais de distrito incluindo as cidades de Coimbra e Braga, os casos peculiares do Entroncamento e de São João da Madeira, e ainda vários concelhos açorianos.

Regiões/Concelhos	FDR
Albufeira	10,2015
Lagoa	6,3895
Vila do Bispo	5,5424
Loulé	4,5441
Portimão	3,7196
Lagos	3,4057
Algarve	2,9287
Castro Marim	2,8897
Vila Real de Santo António	2,5753
Aljezur	1,9884
Terras de Bouro	1,4620
Monchique	1,4089
Tavira	1,3911
Grândola	1,3357
Porto Santo	1,3147
Funchal	1,2753
Silves	1,2715
Nazaré	1,1312
Óbidos	0,9874
Odemira	0,8715
Sesimbra	0,8142
Caminha	0,7911
Porto Moniz	0,7855
R. Autónoma da Madeira	0,7240
Valença	0,7053
Santa Cruz	0,6634
Calheta (R.A.M.)	0,5512
Alvito	0,4758
Ourém	0,4518
Mealhada	0,4346
Idanha-a-Nova	0,4172
Almeida	0,4059
Celorico da Beira	0,3911
Pedrógão Grande	0,3792
Arraiolos	0,3672
São Brás de Alportel	0,3634
Alcoutim	0,3571
Mourão	0,3495
Alentejo Litoral	0,3415
Amares	0,3353
Santana	0,3345
Marvão	0,3196
Montalegre	0,3156

Regiões/Concelhos	FDR
Batalha	0,3078
Benavente	0,2990
Machico	0,2956
Murtosa	0,2726
Vila Nova de Cerveira	0,2687
Mesão Frio	0,2451
Nelas	0,2400
São Vicente	0,2322
São Pedro do Sul	0,2234
Esposende	0,2160
Mira	0,2127
Ourique	0,2109
Sertã	0,2027
Castelo de Vide	0,1994
Vila de Rei	0,1930
Mafra	0,1906
Ribeira Brava	0,1801
Ferreira do Zêzere	0,1617
Peniche	0,1576
Mértola	0,1572
Manteigas	0,1389
Arruda dos Vinhos	0,1342
Vidigueira	0,1201
Ponte de Lima	0,1160
Sines	0,1058
Redondo	0,1050
Alcanena	0,0977
Vila Pouca de Aguiar	0,0969
Arcos de Valdevez	0,0862
Vila Nova de Poiares	0,0725
Arganil	0,0638
Castro Daire	0,0599
Bombarral	0,0571
Mora	0,0520
Belmonte	0,0518
Pampilhosa da Serra	0,0492
Alcobaça	0,0374
Vieira do Minho	0,0301
São João da Pesqueira	0,0291
Oleiros	0,0278
Póvoa de Lanhoso	0,0274
Vila Nova de Foz Côa	0,0253
Oliveira do Hospital	0,0250

Regiões/Concelhos	FDR
Góis	0,0231
Miranda do Douro	0,0231
Pinhal Interior Sul	0,0176
Sousel	0,0167
Portel	0,0126
Crato	0,0121
Lousada	0,0035
Azambuja	0,0008
Coruche	0,0008
Sernancelhe	-0,0025
Figueiró dos Vinhos	-0,0041
Tabuaço	-0,0105
Minho-Lima	-0,0111
Tábua	-0,0114
Melgaço	-0,0119
Elvas	-0,0123
Ponte da Barca	-0,0137
Povoação	-0,0171
Alandroal	-0,0202
Alcácer do Sal	-0,0206
Alijó	-0,0210
Oeste	-0,0266
Monção	-0,0275
Porto de Mós	-0,0285
Nisa	-0,0301
Penela	-0,0335
Resende	-0,0345
Paredes de Coura	-0,0357
Pombal	-0,0369
Aguiar da Beira	-0,0443
Borba	-0,0469
Sobral de Monte Agraço	-0,0509
Vimioso	-0,0539
Constância	-0,0544
Fundão	-0,0569
Viana do Alentejo	-0,0584
Armamar	-0,0589
Santa Cruz das Flores	-0,0593
Pinhal Interior Norte	-0,0616
Madalena	-0,0636
Vinhais	-0,0638
Vagos	-0,0669
Sabugal	-0,0680

Regiões/Concelhos	FDR
Câmara de Lobos	-0,0712
Tarouca	-0,0714
Alter do Chão	-0,0743
Valpaços	-0,0777
Vila Verde	-0,0788
Montemor-o-Novo	-0,0851
Vouzela	-0,0858
Olhão	-0,0881
Vila Franca do Campo	-0,0895
Alcochete	-0,0930
Ponta do Sol	-0,0963
Salvaterra de Magos	-0,0968
Estremoz	-0,0972
Faro	-0,1082
Avis	-0,1084
Boticas	-0,1111
Paços de Ferreira	-0,1116
Sabrosa	-0,1142
Vila Velha de Ródão	-0,1157
Torre de Moncorvo	-0,1161
Cabeceiras de Basto	-0,1187
Sardoal	-0,1197
Cinfães	-0,1208
Arronches	-0,1238
Castanheira de Pêra	-0,1252
Ponte de Sôr	-0,1256
Penafiel	-0,1263
Celorico de Basto	-0,1263
Lourinhã	-0,1285
Golegã	-0,1329
Castro Verde	-0,1355
Ferreira do Alentejo	-0,1388
Vila Nova de Paiva	-0,1395
Monforte	-0,1414
Santa Comba Dão	-0,1421
Murça	-0,1426
Rio Maior	-0,1455
Mortágua	-0,1467
Gouveia	-0,1478
Tâmega	-0,1485
Anadia	-0,1517
Felgueiras	-0,1521
Cadaval	-0,1554

Regiões/Concelhos	FDR
Mação	-0,1575
Fronteira	-0,1604
Vila do Conde	-0,1615
Cantanhede	-0,1653
Freixo de Espada à Cinta	-0,1653
Lousã	-0,1657
Oliveira de Frades	-0,1660
Marco de Canaveses	-0,1675
Serra da Estrela	-0,1680
Reguengos de Monsaraz	-0,1705
Seia	-0,1715
Tondela	-0,1747
Dão-Lafões	-0,1773
Meda	-0,1786
Amarante	-0,1789
Carregal do Sal	-0,1791
Figueira de Castelo Rodrigo	-0,1792
Vila Flor	-0,1803
Alvaiázere	-0,1819
Alentejo	-0,1833
Trofa	-0,1839
Águeda	-0,1876
Serpa	-0,1908
Póvoa de Varzim	-0,1909
Torres Vedras	-0,1918
Penamacor	-0,1937
Chamusca	-0,1954
Barrancos	-0,1979
Gavião	-0,1985
Arouca	-0,1988
Sátão	-0,2033
Vila da Praia da Vitória	-0,2040
Mogadouro	-0,2040
Lajes do Pico	-0,2044
Penalva do Castelo	-0,2076
Fornos de Algodres	-0,2078
Baião	-0,2088
Castelo de Paiva	-0,2111
Cuba	-0,2145
Trancoso	-0,2172
Proença-a-Nova	-0,2172
Almeirim	-0,2198
Nordeste	-0,2258

Regiões/Concelhos	FDR
Paredes	-0,2258
Velas	-0,2271
Penedono	-0,2278
Alto Alentejo	-0,2307
Alfândega da Fé	-0,2311
Lezíria do Tejo	-0,2337
Mondim de Basto	-0,2338
Almodôvar	-0,2351
Cova da Beira	-0,2371
Mangualde	-0,2374
Carrazeda de Ansiães	-0,2390
Figueira da Foz	-0,2415
Ribeira de Pena	-0,2433
Moimenta da Beira	-0,2458
Vila Viçosa	-0,2485
Penacova	-0,2514
Pinhal Litoral	-0,2553
Vizela	-0,2553
Sever do Vouga	-0,2584
Lajes das Flores	-0,2594
Peso da Régua	-0,2604
Alto Trás-os-Montes	-0,2616
Ansião	-0,2624
Mirandela	-0,2717
Alentejo Central	-0,2740
Beira Interior Norte	-0,2745
Pinhel	-0,2802
Barcelos	-0,2861
Médio Tejo	-0,2875
Aljustrel	-0,2911
Chaves	-0,2912
Centro	-0,2938
Caldas da Rainha	-0,2959
Douro	-0,2983
Miranda do Corvo	-0,3003
Guimarães	-0,3023
Alenquer	-0,3030
Oliveira do Bairro	-0,3047
Santiago do Cacém	-0,3051
Alpiarça	-0,3105
Ave	-0,3159
Baixo Alentejo	-0,3181
Fafe	-0,3267

Regiões/Concelhos	FDR
Soure	-0,3276
Calheta (R.A.A.)	-0,3346
Santa Marta de Penaguião	-0,3404
Horta	-0,3428
País	-0,3454
Santa Cruz da Graciosa	-0,3460
São Roque do Pico	-0,3525
Baixo Vouga	-0,3590
Continente	-0,3705
Estarreja	-0,3714
Moura	-0,3726
Tomar	-0,3743
Norte	-0,3761
Viseu	-0,3811
Covilhã	-0,3812
Ovar	-0,3849
Montemor-o-Velho	-0,3877
Vale de Cambra	-0,3898
Viana do Castelo	-0,3928
Vila Nova de Famalicão	-0,3939
Leiria	-0,4112
R. Autónoma dos Açores	-0,4124
Macedo de Cavaleiros	-0,4125
Montijo	-0,4143
Cartaxo	-0,4161
Vila Nova da Barquinha	-0,4312
Lagoa (R.A.A)	-0,4351
Ribeira Grande	-0,4353
Lamego	-0,4403
Albergaria-a-Velha	-0,4486
Cávado	-0,4532
Palmela	-0,4597
Santa Maria da Feira	-0,4620
Santo Tirso	-0,4662
Marinha Grande	-0,4767
Entre Douro e Vouga	-0,4783
Oliveira de Azeméis	-0,4806
Beira Interior Sul	-0,4956
Espinho	-0,4979
Cascais	-0,4996
Abrantes	-0,5138
Valongo	-0,5327
Ponta Delgada	-0,5349

Regiões/Concelhos	FDR
Condeixa-a-Nova	-0,5428
Matosinhos	-0,5458
Grande Porto	-0,5609
Torres Novas	-0,5677
Campo Maior	-0,5697
Santarém	-0,5974
Porto	-0,5991
Vila Nova de Gaia	-0,6003
Vila do Porto	-0,6009
Maia	-0,6106
Vendas Novas	-0,6156
Angra do Heroísmo	-0,6500
Évora	-0,6598
Lisboa	-0,6874
Guarda	-0,6923
Ílhavo	-0,7258
Vila Real	-0,7436
Baixo Mondego	-0,7463
Aveiro	-0,7484
Castelo Branco	-0,7535
Gondomar	-0,7608
Setúbal	-0,7787
Portalegre	-0,8022
Península de Setúbal	-0,8160
Beja	-0,8276
Bragança	-0,8539
Corvo	-0,8645
Loures	-0,8915
Moita	-0,8947
Lisboa	-0,9692
São João da Madeira	-1,0039
Braga	-1,0097
Grande Lisboa	-1,0250
Seixal	-1,0484
Vila Franca de Xira	-1,0686
Almada	-1,0810
Barreiro	-1,1325
Odivelas	-1,1364
Sintra	-1,2578
Coimbra	-1,3893
Entroncamento	-1,4320
Amadora	-1,5919
Oeiras	-2,0774

Uma Breve Análise da Evolução Temporal do EPCC

Assinalou-se já, na Nota Metodológica que antecede este EPCC nº 5, que a metodologia que preside à construção dos indicadores aqui apresentados, é particularmente adequada ao confronto espacial do poder de compra manifestado nos diferentes concelhos, no mesmo momento do tempo, mas ajusta-se de forma menos eficiente a comparações inter-temporais do poder de compra. Como então se referiu "valores distintos, assumidos por um mesmo indicador nas diferentes versões deste Estudo, podem derivar de uma efectiva variação do poder de compra em relação à média nacional, mas podem também resultar:

- Do conjunto de variáveis de base, utilizadas na construção dos indicadores, não ser coincidente nas diferentes versões do Estudo;

- De erros de medida nas variáveis de base, numa ou outra versão do Estudo, que não se repetiram de forma consistente em todas;

- Das alterações do sistema de medida do IpC, sendo que este efeito tem, nesta quinta edição do EPCC, especial relevância, dada a redução, já referida, do coeficiente de variação que se atribuiu àquele índice, que passou dos 0,43 registados na edição anterior para somente cerca de 0,39...".

Acresce ainda, que o facto dos indicadores IpC e FDR terem a natureza de números índices, pode induzir interpretações menos correctas de eventuais variações observadas, num ou noutro concelho, nos valores daqueles indicadores. Com efeito, estas variações não significam ganhos ou perdas absolutas de poder de compra, mas somente aproximações ou afastamentos à média nacional (ponderada no caso do IpC, e simples no caso do FDR). No que respeita à PPC, um aumento significa um ganho de quota de poder de compra, e uma diminuição uma perda nessa quota.

Apesar destas observações, esta secção propõe-se, ainda que de forma cautelosa, proceder a uma breve avaliação da evolução temporal dos três indicadores, confrontando especialmente esta quinta edição com a imediatamente anterior. Para tal, os indicadores relativos à quarta versão do EPCC foram recalculados de acordo com a nomenclatura territorial actualmente em vigor. O quadro anexo retrata a evolução dos índices entre os Estudos nºs 4 e 5 para as diferentes NUTS II e III. Da leitura deste quadro conclui-se que:

A Região do Algarve foi a região que sofreu um aumento mais significativo do seu poder de compra, medido pelo IpC, sendo também a NUTS II que mais beneficiou com este aumento tendo registado um ganho importante em termos de PPC. Sublinhe-se, porém, o que já se disse na análise da distribuição geográfica do IpC: a instabilidade deste índice, nesta região, observada ao longo das diferentes versões do EPCC poderá não reflectir efectivas variações da situação económica e social mas sim a dificuldade do modelo em discernir que poder de compra atribuir ao IpC ou em alternativa ao FDR.

Também a Região Autónoma da Madeira aumentou consideravelmente o IpC apesar deste aumento se ter reflectido mais modestamente na PPC. De facto a Região Centro e o Alentejo, com maior dinamismo demográfico, registaram os maiores ganhos em termos de quota de poder de compra logo a seguir ao Algarve.

Em termos de NUTS III, para além do Algarve, destaca-se a Península de Setúbal com maiores incrementos ao nível do poder de compra medido pelo IpC e PPC, assim como a Beira Interior Sul mas apenas no que diz respeito ao primeiro indicador.

Pelo contrário, a Grande Lisboa e o Grande Porto foram as regiões que registaram maiores variações negativas no seu IpC, quer isto dizer que, nesta versão do EPCC, o seu poder de compra *per capita* se aproximou da média do País. Estas regiões também constituem as que maiores perdas observaram na sua PPC. Este comportamento foi determinante para a evolução das respectivas NUTS II de que fazem parte. Na realidade, a Região de Lisboa e a Região Norte, as NUTS II mais ricas do país, foram as que mais diminuíram em ambos os indicadores (IpC e PPC). Esta evolução e o facto das variações positivas terem ocorrido sobretudo nas regiões de poder de compra mais baixo (exceptuando os Açores) permite concluir por uma redução das assimetrias na distribuição regional do poder de compra. Assinale-se contudo que este movimento no sentido de uma relativa convergência é também resultado, como já foi referido, da redução do coeficiente de variação assumido no sistema de medida do IpC.

Algumas NUTS III da Região Centro viram reduzir-se o seu registo de IpC. No entanto, a Região Centro no seu todo regista uma evolução favorável, em resultado das NUTS com maior peso populacional apresentarem comportamentos positivos, casos do Baixo Mondego, Baixo Vouga e Oeste. Este aspecto torna-se mais evidente ao nível do ganho na PPC da região.

Realce-se também o aumento do poder de compra atribuído à Região do Alentejo pelos dois indicadores em resultado da variação positiva das suas NUTS III especialmente Alentejo Litoral, Lezíria do Tejo e Alentejo Central.

A Região Autónoma dos Açores regista uma diminuição do seu IpC, perdendo também em PPC. Contudo, ao nível do poder de compra de manifestação sazonal captado pelo FDR, esta região apresenta melhorias, sendo só ultrapassada em termos de NUTS II pela Região Autónoma da Madeira.

Por outro lado, as Regiões Alentejo, Algarve e Centro, sofrem diminuições no FDR em contrapartida das variações positivas observadas no IpC. Também as NUTS III que já se tinham salientado com incrementos importantes no IpC, registam variações negativas no FDR, casos da Península de Setúbal, Baixo Mondego, Beira Interior Sul, Alentejo Litoral e Central, entre outras.

As regiões Norte e Lisboa que aumentaram os respectivos IpC têm comportamentos diferentes no que diz respeito ao FDR: enquanto que o Norte ganha, Lisboa varia negativamente.

NUTS	Variações IpC
Algarve	**16,973**
Península de Setúbal	14,859
Beira Interior Sul	9,377
R. Autónoma da Madeira	**8,868**
Alentejo Litoral	7,464
Alto Trás-os-Montes	6,980
Douro	6,671
Médio Tejo	6,540
Lezíria do Tejo	5,317
Alentejo Central	5,201
Alentejo	**5,192**
Baixo Mondego	4,728
Cávado	4,606
Alto Alentejo	4,456
Serra da Estrela	3,890
Baixo Alentejo	3,799
Cova da Beira	3,767
Oeste	3,641
Minho-Lima	3,560
Baixo Vouga	3,193
Ave	2,916
Centro	**2,691**
Entre Douro e Vouga	1,884
Dão-Lafões	1,470
Tâmega	0,336
R. Autónoma dos Açores	**-0,366**
Norte	**-0,377**
Pinhal Interior Norte	-0,402
Beira Interior Norte	-0,580
Pinhal Interior Sul	-3,188
Pinhal Litoral	-3,896
Lisboa	**-7,438**
Grande Porto	-8,724
Grande Lisboa	-15,173

NUTS	Variações PPC
Península de Setúbal	1,191
Algarve	**0,911**
Centro	**0,816**
Alentejo	**0,383**
Baixo Mondego	0,196
Baixo Vouga	0,187
Oeste	0,180
Ave	0,179
Cávado	0,159
Lezíria do Tejo	0,147
Médio Tejo	0,139
Alto Trás-os-Montes	0,102
Alentejo Litoral	0,089
Alentejo Central	0,077
Beira Interior Sul	0,062
Cova da Beira	0,050
R. Autónoma da Madeira	**0,049**
Baixo Alentejo	0,037
Douro	0,035
Alto Alentejo	0,032
Entre Douro e Vouga	0,032
Minho-Lima	0,025
Dão-Lafões	0,015
Pinhal Interior Norte	0,011
Serra da Estrela	0,003
Beira Interior Norte	0,000
Pinhal Litoral	-0,009
Pinhal Interior Sul	-0,017
Tâmega	-0,028
R. Autónoma dos Açores	**-0,098**
Norte	**-0,483**
Grande Porto	-0,987
Lisboa	**-1,577**
Grande Lisboa	-2,769

NUTS	Variações FDR
R. Autónoma da Madeira	**0,382**
Pinhal Interior Sul	0,238
Tâmega	0,187
R. Autónoma dos Açores	**0,125**
Pinhal Interior Norte	0,116
Pinhal Litoral	0,058
Dão-Lafões	0,052
Grande Porto	0,050
Ave	0,038
Douro	0,029
Norte	**0,029**
Minho-Lima	0,024
Serra da Estrela	0,024
Entre Douro e Vouga	-0,030
Grande Lisboa	-0,031
Beira Interior Norte	-0,046
Baixo Alentejo	-0,089
Lezíria do Tejo	-0,097
Centro	**-0,109**
Alto Trás-os-Montes	-0,110
Oeste	-0,110
Algarve	**-0,114**
Cova da Beira	-0,119
Cávado	-0,126
Alto Alentejo	-0,128
Alentejo	**-0,138**
Baixo Vouga	-0,148
Lisboa	**-0,175**
Médio Tejo	-0,194
Alentejo Central	-0,202
Alentejo Litoral	-0,225
Beira Interior Sul	-0,321
Baixo Mondego	-0,394
Península de Setúbal	-0,581

Como foi referido na Introdução, neste EPCC nº5 a descrição e análise da distribuição espacial dos indicadores por regiões NUTS I, II e III teve por base a nova delimitação resultante da alteração da nomenclatura territorial pelo Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de Novembro. Esta alteração abrange as regiões NUTS II do Centro, Lisboa e Alentejo, mantendo-se as restantes 4 inalteradas. Mais precisamente, nos dados apresentados a Região Centro já inclui as regiões NUTS III Oeste e Médio Tejo enquanto que o Alentejo integra a Lezíria do Tejo. Estas NUTS III pertenciam à então designada Região de Lisboa e Vale do Tejo que se denomina actualmente apenas Região de Lisboa. Tendo em conta esta alteração relativamente às anteriores versões do Estudo, julga-se pertinente a apresentação dos valores atribuídos aos três indicadores nas duas nomenclaturas de modo a permitir o confronto. O Quadro seguinte permite essa leitura.

A nomenclatura "anterior a 5 de Novembro" equivale à utilizada nas quatro versões que antecedem este Estudo, enquanto que a nomenclatura "depois de 5 de Novembro" foi a que se aplicou ao longo desta 5ª versão. É possível confirmar a alteração de registos nas NUTS II Região Centro, Lisboa (antes, Lisboa e Vale do Tejo) e Alentejo, mas também nas NUTS III Grande Lisboa e Oeste, em resultado de ter havido lugar a uma mudança de classificação de um concelho (Mafra) da segunda para a primeira região.

Depois de 5 de Novembro de 2002

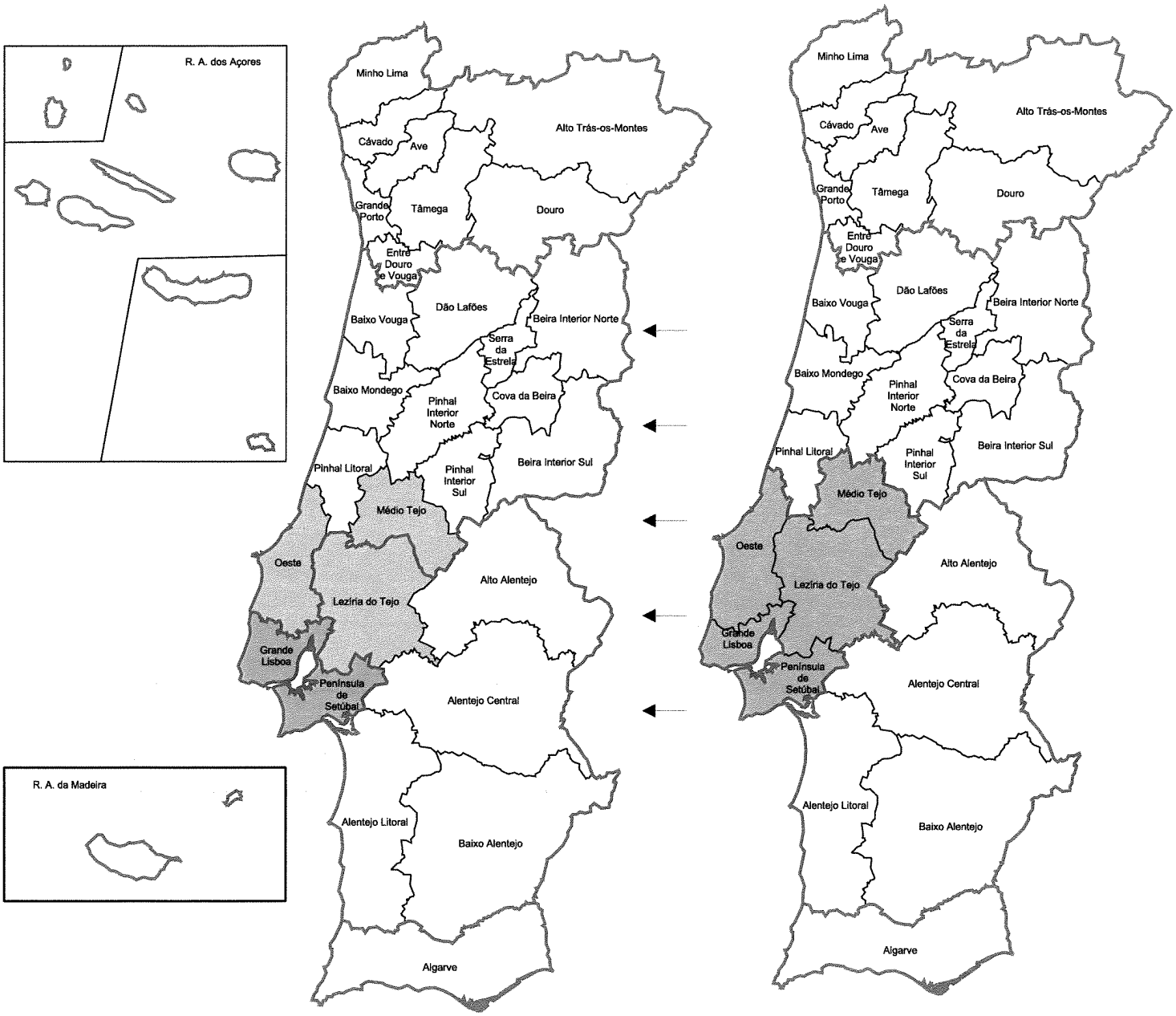
NUTS	IPC	PPC	FDR
Centro	**79,85**	**18,21**	**-0,2938**
Baixo Mondego	100,31	3,32	-0,7463
Baixo Vouga	84,89	3,17	-0,3590
Beira Interior Norte	65,55	0,74	-0,2745
Beira Interior Sul	84,18	0,64	-0,4956
Cova da Beira	75,31	0,69	-0,2371
Dão-Lafões	66,13	1,85	-0,1773
Pinhal Interior Norte	58,44	0,79	-0,0616
Pinhal Interior Sul	49,16	0,22	0,0176
Pinhal Litoral	86,21	2,08	-0,2553
Serra da Estrela	60,17	0,29	-0,1680
Médio Tejo	81,07	1,78	-0,2875
Oeste	80,61	2,65	-0,0266
Lisboa	**147,86**	**38,14**	**-0,9692**
Grande Lisboa	158,99	30,05	-1,0250
Península de Setúbal	117,35	8,09	-0,8160
Alentejo	**77,01**	**5,75**	**-0,1833**
Alentejo Central	81,43	1,35	-0,2740
Alentejo Litoral	76,67	0,73	0,3415
Alto Alentejo	73,57	0,90	-0,2307
Baixo Alentejo	67,68	0,88	-0,3181
Lezíria do Tejo	81,00	1,89	-0,2337

Antes de 5 de Novembro de 2002

NUTS	IPC	PPC	FDR
Centro	**79,55**	**13,78**	**-0,3453**
Baixo Mondego	100,31	3,32	-0,7463
Baixo Vouga	84,89	3,17	-0,3590
Beira Interior Norte	65,55	0,74	-0,2745
Beira Interior Sul	84,18	0,64	-0,4956
Cova da Beira	75,31	0,69	-0,2371
Dão-Lafões	66,13	1,85	-0,1773
Pinhal Interior Norte	58,44	0,79	-0,0616
Pinhal Interior Sul	49,16	0,22	0,0176
Pinhal Litoral	86,21	2,08	-0,2553
Serra da Estrela	60,17	0,29	-0,1680
Lisboa e Vale do Tejo	**132,28**	**44,45**	**-0,7814**
Médio Tejo	81,07	1,78	-0,2875
Oeste	82,45	3,14	0,0030
Grande Lisboa	160,82	29,56	-1,0593
Península de Setúbal	117,35	8,09	-0,8160
Lezíria do Tejo	81,00	1,89	-0,2337
Alentejo	**75,20**	**3,86**	**-0,1603**
Alentejo Central	81,43	1,35	-0,2740
Alentejo Litoral	76,67	0,73	0,3415
Alto Alentejo	73,57	0,90	-0,2307
Baixo Alentejo	67,68	0,88	-0,3181

Depois de 5 de Novembro de 2002

Antes de 5 de Novembro de 2002



Anexo 2
Lista dos Concelhos

NORTE

Minho-Lima
1 Arcos de Valdevez
2 Caminha
3 Melgaço
4 Monção
5 Paredes de Coura
6 Ponte da Barca
7 Ponte de Lima
8 Valença
9 Viana do Castelo
10 Vila Nova de Cerveira

Cávado
11 Amares
12 Barcelos
13 Braga
14 Esposende
15 Terras de Bouro
16 Vila Verde

Ave
17 Fafe
18 Guimarães
19 Póvoa de Lanhoso
20 Santo Tirso
21 Trofa
22 Vieira do Minho
23 Vila Nova de Famalicão
24 Vizela

Grande Porto
25 Espinho
26 Gondomar
27 Maia
28 Matosinhos
29 Porto
30 Póvoa de Varzim
31 Valongo
32 Vila do Conde
33 Vila Nova de Gaia

Tâmega
34 Amarante
35 Baião
36 Cabeceiras de Basto
37 Castelo de Paiva
38 Celorico de Basto
39 Cinfães
40 Felgueiras
41 Lousada
42 Marco de Canaveses
43 Mondim de Basto
44 Paços de Ferreira
45 Paredes
46 Penafiel
47 Resende
48 Ribeira de Pena

Entre Douro e Vouga
49 Arouca
50 Oliveira de Azeméis
51 Santa Maria da Feira
52 São João da Madeira
53 Vale de Cambra

Douro
54 Alijó
55 Armamar
56 Carrazeda de Ansiães
57 Freixo de Espada à Cinta
58 Lamego
59 Mesão Frio
60 Moimenta da Beira
61 Penedono
62 Peso da Régua
63 Sabrosa
64 S. Marta de Penaguião
65 São João da Pesqueira
66 Sernancelhe
67 Tabuaço
68 Tarouca
69 Torre de Moncorvo
70 Vila Flor
71 Vila Nova de Foz Côa
72 Vila Real

Alto Trás-os-Montes
73 Alfândega da Fé
74 Boticas
75 Bragança
76 Chaves
77 Macedo de Cavaleiros
78 Miranda do Douro
79 Mirandela
80 Mogadouro
81 Montalegre
82 Murça
83 Valpaços
84 Vila Pouca de Aguiar
85 Vimioso
86 Vinhais

CENTRO

Baixo Vouga
87 Águeda
88 Albergaria-a-Velha
89 Anadia
90 Aveiro
91 Estarreja
92 Ílhavo
93 Mealhada
94 Murtosa
95 Oliveira do Bairro
96 Ovar
97 Sever do Vouga
98 Vagos

Baixo Mondego
99 Cantanhede
100 Coimbra
101 Condeixa-a-Nova
102 Figueira da Foz
103 Mira
104 Montemor-o-Velho
105 Penacova
106 Soure

Pinhal Litoral
107 Batalha
108 Leiria
109 Marinha Grande
110 Pombal
111 Porto de Mós

Pinhal Interior Norte
112 Alvaiázere
113 Ansião
114 Arganil
115 Castanheira de Pêra
116 Figueiró dos Vinhos
117 Góis
118 Lousã
119 Miranda do Corvo
120 Oliveira do Hospital
121 Pampilhosa da Serra
122 Pedrógão Grande
123 Penela
124 Tábua
125 Vila Nova de Poiares

Dão-Lafões
126 Aguiar da Beira
127 Carregal do Sal
128 Castro Daire
129 Mangualde
130 Mortágua
131 Nelas
132 Oliveira de Frades
133 Penalva do Castelo
134 Santa Comba Dão
135 São Pedro do Sul
136 Sátão
137 Tondela
138 Vila Nova de Paiva
139 Viseu
140 Vouzela

Pinhal Interior Sul
141 Mação
142 Oleiros
143 Proença-a-Nova
144 Sertã
145 Vila de Rei

Serra da Estrela
146 Fornos de Algodres
147 Gouveia
148 Seia

Beira Interior Norte
149 Almeida
150 Celorico da Beira
151 Fig. de Castelo Rodrigo
152 Guarda
153 Manteigas
154 Meda
155 Pinhel
156 Sabugal
157 Trancoso

Beira Interior Sul
158 Castelo Branco
159 Idanha-a-Nova
160 Penamacor
161 Vila Velha de Ródão

Cova da Beira
162 Belmonte
163 Covilhã
164 Fundão

Oeste
165 Alcobaça
166 Alenquer
167 Arruda dos Vinhos
168 Bombarral
169 Cadaval
170 Caldas da Rainha
171 Lourinhã
172 Nazaré
173 Óbidos
174 Peniche
175 Sobral de Monte Agraço
176 Torres Vedras

Médio Tejo
177 Abrantes
178 Alcanena
179 Constância
180 Entroncamento
181 Ferreira do Zêzere
182 Ourém
183 Sardoal
184 Tomar
185 Torres Novas
186 Vila Nova da Barquinha

LISBOA

Grande Lisboa
187 Amadora
188 Cascais
189 Lisboa
190 Loures
191 Mafra
192 Odivelas
193 Oeiras
194 Sintra
195 Vila Franca de Xira

Península de Setúbal
196 Alcochete
197 Almada
198 Barreiro
199 Moita
200 Montijo
201 Palmela
202 Seixal
203 Sesimbra
204 Setúbal

ALENTEJO

Alentejo Litoral
205 Alcácer do Sal
206 Grândola
207 Odemira
208 Santiago do Cacém
209 Sines

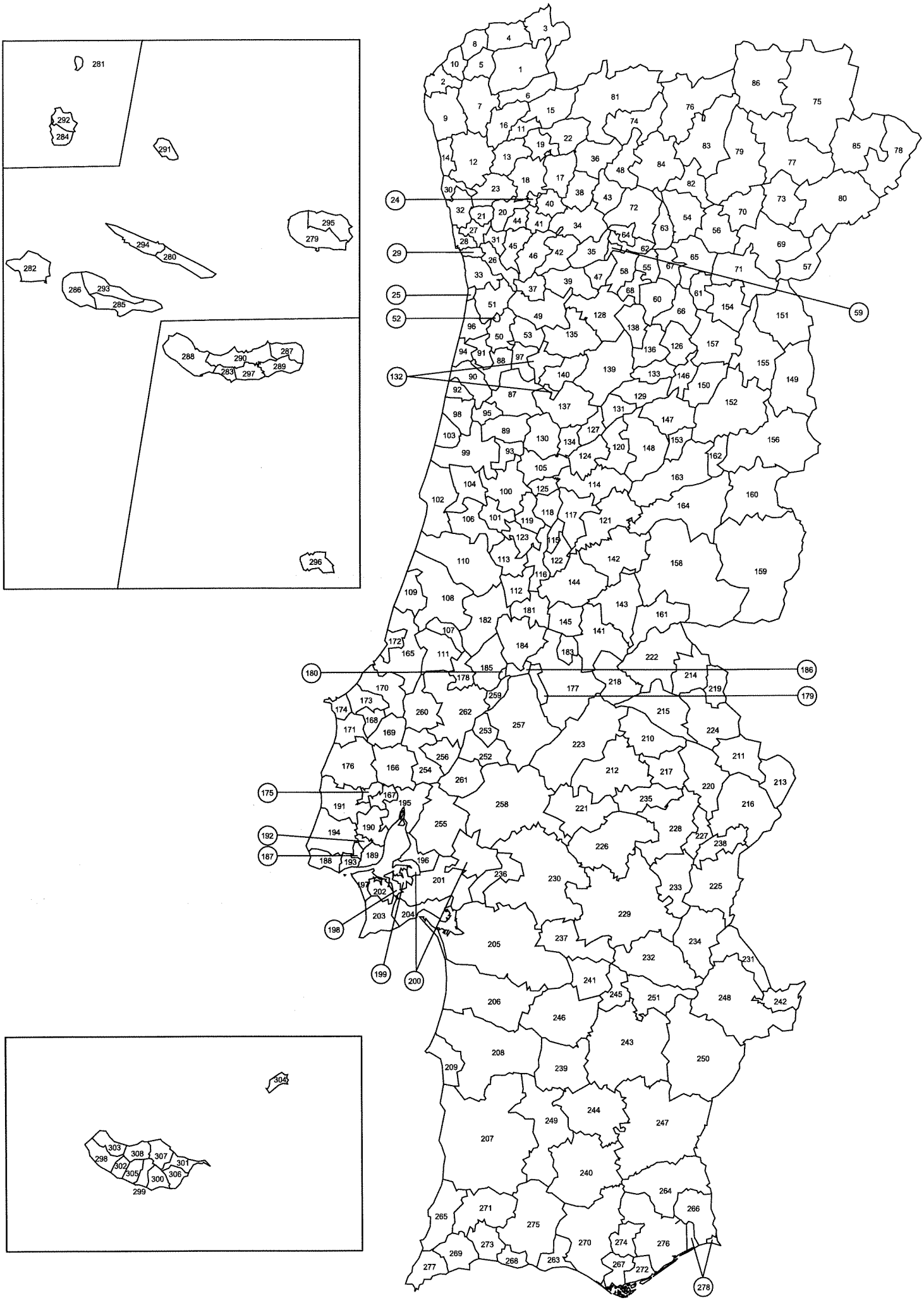
Alto Alentejo
210 Alter do Chão
211 Arronches
212 Avis
213 Campo Maior
214 Castelo de Vide
215 Crato
216 Elvas
217 Fronteira
218 Gavião
219 Marvão
220 Monforte
221 Mora
222 Nisa
223 Ponte de Sôr
224 Portalegre

Alentejo Central
225 Alandroal
226 Arraiolos
227 Borba
228 Estremoz
229 Évora
230 Montemor-o-Novo
231 Mourão
232 Portel
233 Redondo
234 Reguengos de Monsaraz
235 Sousel
236 Vendas Novas
237 Viana do Alentejo
238 Vila Viçosa

Baixo Alentejo
239 Aljustrel
240 Almodôvar
241 Alvito
242 Barrancos
243 Beja
244 Castro Verde
245 Cuba
246 Ferreira do Alentejo
247 Mértola
248 Moura
249 Ourique
250 Serpa
251 Vidigueira

Lezíria do Tejo
252 Almeirim
253 Alpiarça
254 Azambuja
255 Benavente
256 Cartaxo
257 Chamusca
258 Coruche
259 Golegã
260 Rio Maior
261 Salvaterra de Magos
262 Santarém

ALGARVE
263 Albufeira
264 Alcoutim
265 Aljezur
266 Castro Marim
267 Faro
268 Lagoa
269 Lagos
270 Loulé
271 Monchique
272 Olhão
273 Portimão
274 São Brás de Alportel
275 Silves
276 Tavira
277 Vila do Bispo
278 V. Real de Santo António

R. AUT. DOS AÇORES
279 Angra do Heroísmo
280 Calheta
281 Corvo
282 Horta
283 Lagoa
284 Lajes das Flores
285 Lajes do Pico
286 Madalena
287 Nordeste
288 Ponta Delgada
289 Povoação
290 Ribeira Grande
291 Santa Cruz da Graciosa
292 Santa Cruz das Flores
293 São Roque do Pico
294 Velas
295 Vila da Praia da Vitória
296 Vila do Porto
297 Vila Franca do Campo

R. AUT. DA MADEIRA
298 Calheta
299 Câmara de Lobos
300 Funchal
301 Machico
302 Ponta do Sol
303 Porto Moniz
304 Porto Santo
305 Ribeira Brava
306 Santa Cruz
307 Santana
308 São Vicente